ACADEMIA MILITAR

Emprego de forças em Ambiente Urbano:
Abordagem ao sistema de Combate Corpo a Corpo

Autor: Aspirante de Infantaria Fábio Costa Monteiro

Orientador: Coronel de Infantaria Paulo Alexandre Moreira Machado
Coorientador: Major de Infantaria Cmd Hugo Ricardo Almeida Bernardino Marques

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, junho de 2022

ACADEMIA MILITAR

Emprego de forças em Ambiente Urbano:
Abordagem ao sistema de Combate Corpo a Corpo

Autor: Aspirante de Infantaria Fábio Costa Monteiro

Orientador: Coronel de Infantaria Paulo Alexandre Moreira Machado
Coorientador: Major de Infantaria Cmd Hugo Ricardo Almeida Bernardino Marques

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, junho de 2022

EPÍGRAFE

"O tempo é o único bem totalmente irrecuperável.
Recupera-se uma posição, um exército e até um país,
mas o tempo, jamais."

Napoleão Bonaparte

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmão e amigos, pelo constante apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

O presente Trabalho de Investigação Aplicada reflete o fim de um longo percurso de cinco anos, com o objetivo de ser futuro Oficial dos Quadros Permanente. Deste modo, venho agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que tudo isto fosse possível.

Ao Coronel de Infantaria Paulo Alexandre Moreira Machado, pelo profissionalismo demonstrado, mostrando-se disponível a qualquer altura para conduzir correções e esclarecer qualquer dúvida existente.

Ao Major de Infantaria Cmd Hugo Ricardo Almeida Bernardino Marques, pela disponibilidade apresentada, por facultar os contactos para a realização das entrevistas e apresentar pontos de vista para a melhoria do trabalho, contribuindo com elevada importância para o desenrolar desta investigação.

A todos os entrevistados que se mostraram disponíveis e interessados para a realização dos inquéritos por entrevista, pelos contributos importantes para a elaboração deste trabalho.

Aos meus camaradas do Curso General Raúl Augusto Esteves, pela camaradagem, amizade e companhia com que sempre me apoiaram na Academia Militar.

Aos meus camaradas de Infantaria, por toda a camaradagem, espírito de corpo e resiliência demonstrado ao longo do tirocínio.

À minha família, amigos e namorada, pelo imprescindível apoio e carinho que me proporcionaram ao longo do meu percurso.

A todos vós, o meu sincero, muito obrigado!

RESUMO

As operações em Ambiente Urbano são uma realidade cada vez mais proeminente, onde o combate a curtas distâncias remete cada vez mais à necessidade de uma formação sustentada de Combate Corpo a Corpo. Existe carência de adaptação a possíveis situações em que seja necessária a aplicação de técnicas de Combate Corpo a Corpo adequados para a intervenção dos militares portugueses.

Assim, esta investigação tem como objetivo apurar se as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades das ameaças do Ambiente Urbano.

Desta forma, foi adotada uma metodologia assente no método dedutivo, de maneira a alcançar o caso particular através de conceitos e casos gerais. A estratégia de investigação utilizada foi a qualitativa, havendo um cruzamento de dados entre as entrevistas exploratórias e a análise de documentação.

Dos resultados obtidos evidenciam-se a importância e a pertinência do ensino do Combate Corpo a Corpo na formação e preparação militar. Existe ainda, a necessidade de atualização e adequação dos programas de formação de Combate Corpo a Corpo, nas suas vertentes de formação básica, da sua adaptação ao desempenho exigido por forças especiais e da sua previsibilidade para o desempenho de ações conjuntas e integradas com outras forças nacionais ou estrangeiras.

Em suma, conclui-se que é insuficiente o tempo dedicado à formação e treino da componente de formação ao nível do Combate Corpo a Corpo.

Palavras-Chave: Combate Corpo a Corpo; Defesa Pessoal; Ambiente Urbano; Exército Português.

ABSTRACT

The operations in Urban Warfare are an increasingly prominent reality, where combat at short distances increasingly refers to the need for a sustained formation of Hand-to-Hand Combat. There is a lack of adaptation to possible situations in which it is necessary to apply proper Hand-to-Hand Combat techniques for the intervention of the Portuguese military.

Thus, the present research aimed to ascertain whether the techniques and procedures of Hand-to-Hand Combat used in the Portuguese Army are in accordance with the needs of the threats of the Urban Warfare.

To do so, a methodology based on the deductive method was adopted, in order to reach the particular through general concepts and cases. The strategy used was qualitative, with a cross-checking of data between interviews and documentation analysis.

The results obtained indicate the importance and relevance of the teaching of Hand-to-Hand Combat in military training and preparation. There is also a need for the updating and adaptation of training programmes, in their basic training aspects, their adaptation to the performance required by special forces and their predictability for the performance of joint and integrated operations with other national or foreign forces.

In summary, it is concluded that it is insufficient the time dedicated to the training of the training component at the level of Hand-to-Hand Combat.

Keywords: Hand-to-Hand Combat; Self Defence; Urban Warfare; Portuguese Army.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE i

DEDICATÓRIA ii

AGRADECIMENTOS iii

RESUMO iv

ABSTRACT v

ÍNDICE GERAL vi

INDICE DE FIGURAS viii

INDICE DE TABELAS ix

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS x

LISTA DE ABREVIATURAS. SIGLAS E ACRÓNIMOS xi

INTRODUÇÃO 1

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO 4

CAPÍTULO 1 – COMBATE EM AMBIENTE URBANO 4

1.1. Enquadramento Histórico 4

1.2. Definição 5

1.3. Características do AU 5

1.4. Princípios do Combate em AU 7

1.5. Condições das Operações Urbanas 8

CAPÍTULO 2 – COMBATE CORPO A CORPO 9

2.1. Enquadramento Histórico 9

2.2. Definição de Combate Corpo a Corpo 10

2.3. Definição de Defesa Pessoal 10

2.4 Combate Corpo a Corpo em Ambiente Urbano 11

2.5 Reflexões no Ensino de CCC aos militares 13

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO 17
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS 17
3.1. Tipo de abordagem 17
3.2. Modelo de análise 18
3.4. Procedimentos de amostragem 20
3.5. Técnicas de tratamento e análise de dados 21
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 23
4.1. Análise das entrevistas 23
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 46
APÊNDICES I
ANEXOS XI

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Representação do Ambiente Urbano 6

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre os Objetivos Específicos e Perguntas Derivadas 19

Tabela 2 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Qual a arte marcial ou disciplina de CCC que pratica ou praticou?"..... 24

Tabela 3 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Valoriza outras disciplinas? O que o levou a optar por esta em particular?" 24

Tabela 4 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Que importância atribui ao CCC na formação dos militares para os atuais teatros operacionais em áreas urbanas?" 25

Tabela 5 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "O ensino das competências para o CCC favorecem a operacionalidade militar, a capacidade de decisão e os atributos de liderança?"..... 26

Tabela 6 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Considera que a formação existente de CCC no Exército Português é suficiente face às ameaças atuais do ambiente urbano?"..... 28

Tabela 7 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Que competências/elementos técnicos considera de maior utilidade no teatro de operações em áreas urbana?"..... 30

Tabela 8 - Distribuição das respostas à questão sobre "Quais as competências/elementos técnicos pensa de importante levar em conta no ensino/formação militar e quais considera prioritários?"..... 32

Tabela 9 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Que metodologia (s) preconiza para o ensino de luta corpo a corpo e quais os aspetos que considera mais importantes?"..... 32

Tabela 10 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Como considera que deverão ser orientadas as aulas/sessões?"..... 35

Tabela 11 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Como profissional e especialista, e considerando o tema em estudo, que recomendações faria relativamente aos processos de formação e preparação das forças militares?"..... 36

Tabela 12 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Que critérios considera necessários e fundamentais no processo de avaliação dos alunos/instruendos?" 38

Tabela 13 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Considerando o âmbito da investigação e tendo em conta a realidade da formação e preparação militar adotada no Exército Português, que considerações se lhe oferece destacar, face a uma eventual participação conjunta e integrada dos nossos militares com forças de outros países no âmbito da intervenção da NATO?" 39

Tabela 14 - Quadro de categorização de perguntas das entrevistas IX

Tabela 15 – Tipos de Edifícios XII

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A – INTRODUÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA II
APÊNDICE B – CORPO DE QUESTÕES DA ENTREVISTA IV
APÊNDICE C– CARTA DE APRESENTAÇÃO VI
APÊNDICE E – QUADRO DE CATEGORIZAÇÃO DE PERGUNDAS DAS ENTREVISTAS IX
ANEXO A – TIPOS DE EDIFÍCIOS..... XII

LISTA DE ABREVIATURAS. SIGLAS E ACRÓNIMOS

A

APA	*American Psychological Association*
AU	Ambiente Urbano

C

CAU	Combate em Áreas Urbanas
CCC	Combate Corpo a Corpo
CP	Combate Próximo
CQC	*Close Quarters Combat*

D

DP	Defesa Pessoal

E

EFM	Educação Física Militar
EP	Exército Português

F

FFAA	Forças Armadas

N

NATO	*North Atlantic Treaty Organization*

O

OM	Operações Militares
OU	Operações Urbanas

P

PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida

R

RCAAP	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
REFE	Regulamento de Educação Física do Exército
ROE	*Rules of Engagement*

S

SIE	Sistema de Instrução do Exército

T

TFAM	Treino Físico de Aplicação Militar
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TPOI	Tirocínio para Oficial de Infantaria

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), inserido no Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, considera na sua intencionalidade um estudo relativo ao tema "Emprego de Forças em Ambiente Urbano: Abordagem ao sistema de Combate a Corpo".

Com o surgimento de teatros operacionais que envolvem cada vez mais a conduta de operações em Ambiente Urbano (AU), surge a necessidade de conduzir investigação em todas as áreas abrangentes.

A preservação da capacidade de Combate Corpo a Corpo (CCC) é fundamental, pois qualquer configuração de operações em AU requer uma elevada sustentação logística, forças extremamente bem equipadas, com um elevado grau de preparação e treino e representando, sempre, um cenário suscetível à existência de elevadas baixas (Exército Português, 2011).

Muitas Operações Militares (OM), pela sua singularidade ou complexidade, implicam procedimentos diferenciados, restrições na utilização de meios, podendo mesmo restringir o uso de armas letais ou a inadequação da utilização de armas de fogo (Exército Português, 2012).

Assim, é importante que a preparação dos militares considere as suas competências na utilização dos meios e no uso de diferentes níveis de força, tendo em conta o escalar dos conflitos, levando a situações inesperadas e intensas, ataques inesperados ou CCC. Considera-se importante e necessário, pois, que os militares possuam um elevado domínio e competências percebidas das técnicas de Defesa Pessoal (DP) e de CCC, possibilitando-lhes o controlo físico e psicológico das ameaças ou situações críticas e a confiança necessária à sua superação ou mesmo à preservação da sua vida ou integridade física (Exército Português, 2013).

Estas competências legitimam-se no âmbito da autoproteção e intervenção das forças militares em combate operacional de curta distância em meio urbano, devendo significar uma resposta flexível e adequada às ameaças surgidas, otimizando as capacidades de intervenção dos militares na execução das suas funções, seja em ações de combate, de segurança e defesa de instalações e pessoas, missões de paz, controlo de prisioneiros e outras que eventualmente se considerem (Exército Brasileiro, 2017).

A escala e as caraterísticas dos conflitos urbanos da atualidade são impossíveis de ignorar, demonstrando que nos mesmos, o CCC ocorre com a frequência bastante para que seja considerada a importância e prioridade do seu treino exigente na preparação de base e especializada das nossas forças militares.

Assim, parece-nos importante indagar sobre novos e atuais cenários de intervenção militares e a necessidade de incluir técnicas e procedimentos de CCC adequados para a intervenção em áreas urbanas e na impossibilidade ou limitação de utilização das armas de fogo.

Esta nota inicial de enquadramento, legitima o Objetivo Geral (OG) em estudo, com o qual se pretende "apurar se as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades das ameaças do ambiente urbano".

A partir do OG, definiram-se Objetivos Específicos (OE) com os quais se pretende contribuir para um melhor esclarecimento e compreensão do anteriormente referido:

- OE_1: Descrever as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo que se mostram relevantes na impossibilidade do uso de armas de fogo;

- OE_2: Identificar que tipo de treino existe no Exército Português tendo em vista a aplicação do Combate Corpo a Corpo face às ameaças em ambiente urbano;

- OE_3: Analisar a doutrina de outros países da NATO e se esta pode ser aplicada nos procedimentos de Combate Corpo a Corpo no Exército Português.

Para responder ao OG deste trabalho de investigação foi formulada o Pergunta de Partida **(**PP), que segundo Rosado (2017, p. 122) é "como um farol que orienta todo o estudo do investigador e que está obviamente perfilado com os objetivos gerais de investigação", sendo esta, a seguinte: "**De que modo as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades face às ameaças do ambiente urbano?**"

A metodologia proposta assenta no método dedutivo que segundo (Prodanov, C. & Freitas, E., 2013) parte do geral para o particular (lógica descendente). A estratégia deste estudo enquadra-se no âmbito da investigação qualitativa, onde se pretende averiguar sobre as perceções de sujeitos, recorrendo assim a análise de conteúdo das respostas a perguntas feitas numa entrevista semiestruturada a um conjunto de especialistas da área com conhecimento.

O presente trabalho foi desenvolvido tendo em conta a Norma de Execução Permanente em vigor na Academia Militar, para a elaboração de trabalhos científicos, tendo

ainda as normas da *American Psychological Association* (APA), norma 7ª edição, para efeitos de referenciação bibliográfica.

A investigação foi corporalizada por uma parte textual e outra pós-textual. Relativamente à parte textual, foi constituída por outras duas partes, a Parte I denominada de Enquadramento Teórico, que foi dividida em dois capítulos: (1) Combate em Ambiente Urbano e (2) Combate Corpo a Corpo, a Parte II designada por Enquadramento Metodológico e Trabalho de Campo, que se dividiu, por sua vez, nos seguintes capítulos: (3) Metodologia, Métodos e Materiais; (4) Apresentação, Análise e Discussão de Resultados; e ainda, as Conclusões e Recomendações. A parte pós-textual compreendeu os Apêndices e Anexos necessários ao desenvolvimento da investigação, sendo que, os Apêndices foram elementos do trabalho elaborados pelo próprio autor, sendo estes relevantes, pois complementam e apoiam a parte textual.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – COMBATE EM AMBIENTE URBANO

1.1. Enquadramento Histórico

Numa retrospetiva histórica, a humanidade está repleta de exemplos de grandes batalhas em cidades, marcadas pela dificuldade de operar nesta tipologia de operações. As áreas urbanas influenciam assim, desde sempre, significativamente as OM (Exército Português, 2011). Sun Tzu (2006) faz referência na sua obra "A Arte da Guerra" à complexidade do AU ao dizer "a pior política era atacar as cidades".

Uma das primeiras batalhas que tem como foco principal a cidade, foi o cerco de Tróia. Na realidade, o início da história da Grécia gira em torno de guerras entres as cidades-estado, através de conquistas, cercos ou bloqueios destas metrópoles. Sucedendo a Grécia, surge o Império Romano como potência mundial dominante, na sua conquista de áreas urbanas durante mais de 500 anos (Headquarters, 2006).

Das batalhas da Idade Média às grandes guerras mundiais, aos teatros operacionais da atualidade, o aumento da população vem crescendo exponencialmente, paralelo a isto a malha urbana foi se expandido mais rápido que nunca até aos dias de hoje (Exército Português, 2011).

Seul na Coreia, Cidade do Panamá no Panamá, Beirute no Líbano, Grozni na Chechénia, Sarajevo na Bósnia-Herzegovina, Cabul no Afeganistão, e Bagdade no Iraque têm sido os centros urbanos de conflito armado nos últimos 50 anos (Headquarters, 2006).

Caso recente da Rússia e a Ucrânia onde as áreas urbanas, agora mais do que nunca, são essenciais para o sucesso operacional e estratégico da guerra. Atualmente, os exércitos não podem esperar executar largas OM sem a influência dos ambientes urbanos dentro da sua área de operações.

Adicionalmente, o crescimento de missões humanitárias e apoio à paz, quanto as características das novas ameaças, como a do terrorismo, tornam as OM cada vez mais inseridas nesta vertente do AU (Exército Português, 2011).

1.2. Definição

De acordo com a doutrina portuguesa, as operações em AU apresentam-se como as mais difíceis e complexas tanto no seu planeamento como na sua condução tática. Mesmo com os avanços tecnológicos das armas e equipamentos, o ambiente fechado e multidimensional das áreas edificadas implica o Combate Próximo (CP), feito de rua a rua, casa a casa, torna-se extremamente cansativo tanto para os militares que compõe a frente do combate como a dificuldade no comando e controlo por parte dos seus comandantes, que tem como resultado elevadas baixas em combate (Exército Português, 2011).

No que respeita à doutrina *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), as operações em AU são definidas como todas as operações planeadas e realizadas num complexo topográfico e todo o terreno adjacente à malha urbana, tendo como características principais a densidade populacional e as construções feitas pelo homem (NATO, 2017).

1.3. Características do AU

Segundo o PDE-3-07-14 do Exército Português (2011), as características do AU são definidas pela sua classificação de áreas edificadas, sendo grandes metrópoles e megalópoles referentes a população superior a 10000000 habitantes, as metrópoles com população entre 1000000 a 10000000 habitantes, as cidades com população entre 100000 a 1000000, pelas vilas com população entre 3000 a 100000 habitantes, por aldeias com população inferior a 3000 habitantes e as faixas urbanizadas que apresentam um aspeto linear de ligação entre aldeias, vilas e cidades.

O terreno multidimensional é uma das principais caraterísticas do AU, resultado das alterações do homem, as construções com múltiplos andares e telhados, infraestruturas com pisos subterrâneos como caves, esgotos e metros, associando as dimensões do espaço aéreo e ainda marítimo cria toda esta rede complexa. Por sua vez a disposição das infraestruturas originam diferentes tipologias de modelos urbanos, assim como de tipos de construções como por exemplo centros históricos ou velhas cidades, centro financeiro ou de negócios, zonas residenciais, zonas industriais, bairros de lata e ainda subterrâneos (Exército Português, 2011).

A malha urbana é composta por vários tipos de construções e de edifícios com caraterísticas variadas. Em anexo encontra-se a ilustração que resume o tipo de construção e as suas caraterísticas, assim como exemplos (Anexo B – Tipos de Edifícios).

No caso da NATO, esta divide as caraterísticas em três conceitos *Population – Physical Terrain – Infrastructure* (População-Terreno Físico-Infraestruturas).

A População é um fator importante na caraterização do AU tanto devido à sua dimensão como densidade, está ainda sujeito a estratificação por uma série de variáveis como o nível de riqueza, raça, língua, etnia, idade, género, crenças religiosas, status social ou afiliação política (NATO, 2017).

O Terreno Físico é definido tanto por caraterísticas naturais do terreno, tais como relevo, hidrografia, como também por alterações resultantes da ação do Homem, isto é, estruturas, edifícios, etc. O terreno do AU requer um entendimento multidimensional que consiste em espaço aéreo e área de superfície, mas também os telhados, varandas, sótãos e áreas subterrâneas. Igualmente importante são as considerações do espaço exterior e interior dos edifícios. As cartas militares não fornecem detalhes suficientes para uma análise do terreno adequada, criando desafios significativos para as OM e o impacto que estas têm sobre a população e vice-versa (NATO, 2017).

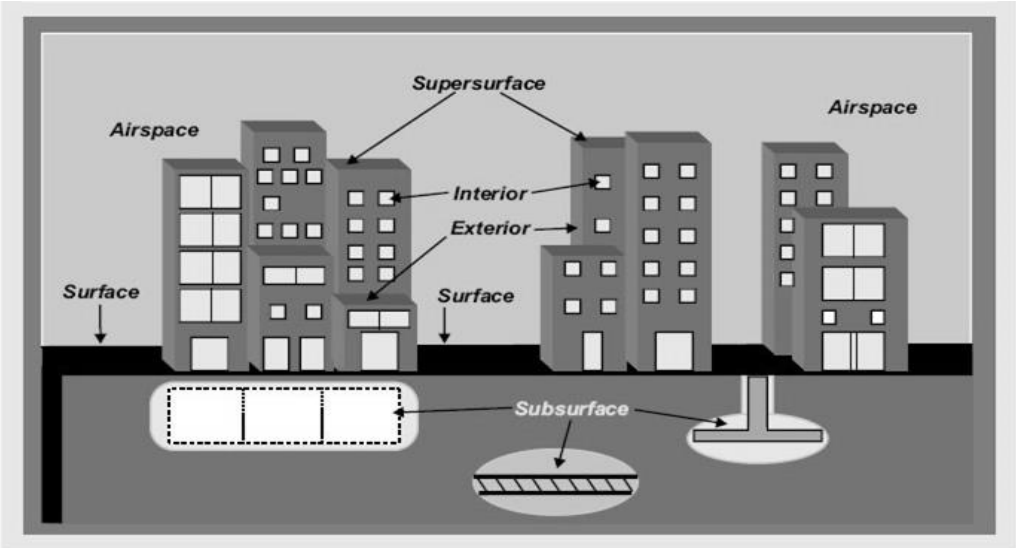

Figura 1 - Representação do Ambiente Urbano

Fonte: NATO (2017)

Por último, as Infraestruturas que são essencialmente as construções feitas pelo homem para o apoio à população, sendo que a grande parte dos edifícios cumprem funções necessárias à vida da população que habita no AU. As Infraestruturas surgem como a ligação entre o Terreno Físico e a População e dividem-se em diferentes tipos com diferentes propósitos: *Utilities, Transportation, Industry* e *Public Facilities* (NATO, 2017).

A doutrina NATO fala ainda de *Weather and Climate* (Meteorologia e Clima), uma vez que os efeitos climáticos são de grande relevância e afetam considerações táticas. *Theats* (Ameaças), uma vez que crises e conflitos têm se mostrado nas últimas décadas que são ameaças complexas como conflitos étnicos, terrorismo e crime organizado. Por fim os *Media*, o peso dos meios de comunicação e o impacto direto que estas têm na população, originam implicações de operar dentro do AU (NATO, 2017).

1.4. Princípios do Combate em AU

Os princípios da ofensiva e da defensiva em situações convencionais continuam a aplicar-se no Combate em Áreas Urbanas (CAU), por outro lado, devem-se cumprir os seguintes princípios (Exército Português, 2011):

(1) Planeamento Simples: Com isto pretende-se que a missão seja compreendida com clareza, assim como a intenção da operação;

(2) Controlo: As medidas de contingências e coordenações devem ser o mais completas possíveis;

(3) Ímpeto: O comandante deve manter a agressividade e iniciativa do combate é a chave do CAU, devendo exercer-se todos os esforços na sua manutenção, de forma a destruir a ameaça pelo choque;

(4) Apoio de Fogos: A preparação do campo de batalha é especialmente importante nas áreas urbanas para o sucesso do ataque e é conseguido através do apoio de fogos.

No que diz respeito à doutrina NATO (2017), são apresentados seis princípios: Abordagem sistemática, Integração, Flexibilidade, Controlo, Proteção e Integração.

A Abordagem sistemática é definida pelas fases do USEECT (*Understand, Shape, Engage, Consolidate, Transition*), que tem como significado "Compreender, Moldar, Empenhar, Consolidação, Transição". A Integração é a utilização de todos os meios letais e não letais de forma a alcançar o objetivo por uma força conjunta e combinada. A Flexibilidade atribui-se enorme importância devido à multidimensionalidade do espaço urbano, onde a força deve adotar "táticas assimétricas" e estar preparado a operar em um ambiente dinâmico. O Controlo recai na necessidade de isolar o AU, desta maneira controlando o fluxo de pessoas, meios, materiais e informações que podem apoiar o inimigo. O princípio da Proteção relaciona-se diretamente com o Controlo, alargando o controlo e proteção dos setores urbanos com o intuito de criar um ambiente seguro que permite a realização das operações. Por fim, a Integração tem como finalidade promover a colaboração

dos governos, as forças locais, organizações e também as populações, contribuindo assim no desenrolar das operações (NATO, 2017).

1.5. Condições das Operações Urbanas

As Operações Urbanas (OU) tanto são conduzidas na ofensiva, na defensiva, na estabilidade e em operações de apoio. Posto isto, as unidades devem ter capacidade de adaptar-se às diferentes condições de forma a serem capazes de planear e executar as suas missões em AU. As OU dividem-se então nas seguintes condições (Exército Português, 2011):

a. OU em condições cirúrgicas

De todas as condições das OU, as operações em condições cirúrgicas são as menos destrutivas, visto que "incluem incursões para fins especiais, ataques de precisão de pequeno porte, ou as apreensões de pequena escala pessoal ou prisões, focado em assuntos psicológicos ou civil ou operações de valorização." (Exército Português, 2011, p. 24). Dada a semelhança com operações especiais policiais, é possível a coordenação e cooperação entre forças policiais, assim como, com o país anfitrião. Relativamente às unidades convencionais estas podem apoiar as OU, isolando a área, garantindo segurança ou controlo da população.

b. OU em condições de precisão

Em condições de precisão, as *Rules of Engagement* (ROE) tornam-se mais restritivas e as considerações de natureza política exigem o uso controlado do poder de combate, dado que é nestas OU onde muitas vezes a ameaça está misturada com civis não combatentes. Estas ações envolvem o CP, que é violento e conduzido em curtos períodos de tempo. Posto isto, o Comandante pode adaptar as técnicas, táticas e procedimentos, para fazer face à complexidade das condições de precisão, mas estas mudanças exigem que os soldados tenham tempo para treinar para a operação.

c. OU em condições de alta intensidade

Estas condições são conduzidas face a um inimigo determinado que ocupa posições preparadas. Em condições de alta intensidade exige-se a utilização de um potencial de combate completo, fazendo uso das armas combinadas.

Esta é a mais stressante de todas as OU, é a que poderá provocar mais vítimas em ambos os lados, devendo o comandante evitar ao máximo danos colaterais desnecessários e feridos entre os combatentes.

CAPÍTULO 2 – COMBATE CORPO A CORPO

2.1. Enquadramento Histórico

Desde os primórdios, o corpo acompanhou o percurso de todos os povos, inseparável de sucessivas situações ou processos civilizacionais, dando origem a modos desiguais e socialmente construídos, em função desses povos e respetivos trajetos de civilização. Pode-se perceber que o CCC ou a luta entre dois ou mais homens existe desde o início da humanidade, por exemplo, na Bíblia Sagrada, os irmãos Caim e Abel lutam entre si até à morte.

Segundo Miranda (2020, p.113),

> "desde a pré-história que o Homem desenvolveu a arte de matar para sobreviver, seja para comer, ou para se proteger. As habilidades que ele possuía para caçar eram semelhantes às habilidades que ele possuía para lutar, o que nos leva a pensar que as táticas fossem semelhantes. O Homem sempre entendeu que a sua sobrevivência dependeria em grande parte das habilidades conseguidas pelas suas mãos.".

Já no Egito, encontram-se representações datadas de 2300 a.C., de jovens a lutar, a praticar boxe e esgrima, assim como técnicas de pegas e saídas de luta (SVINTH, s/d, cit. in, Figueiredo, 2006)

O povo espartano é referência quando se pensa na sua ligação com o combate, devido ao seu treino exigente, a sua prontidão para a guerra e capacidade de luta, onde "as crianças permaneciam com os pais até aos sete anos, com várias etapas sequentes de educação formal, sendo notório que o exercício físico dominava a vida dos espartanos até aos trinta anos de vida, e mesmo depois, nos ginásios e com os exercícios da caça" (Figueiredo, 2006, p.102).

Analisando da perspetiva do oriente existe um desenvolvimento semelhante à da Europa, onde existe uma forte ligação entre o seu povo e CCC (Almada, 1984).

Para Figueiredo (2006), a evolução das artes marciais chinesas advém da observação e imitação dos animais, originando vários estilos, que não são mais do que analogias ao mundo selvagem, tais como a "força" do urso, a "ferocidade" do leopardo ou a "agilidade" do macaco.

2.2. Definição de Combate Corpo a Corpo

Segundo o Manual de Combate Corpo a Corpo do Exército Português (2013, p. 21) no que diz respeito à doutrina portuguesa "o combate corpo a corpo pode ser descrito como uma luta ou contenda entre dois ou mais oponentes, com ou sem armas, em que o confronto físico se tornou necessário ou incontornável e são necessárias aptidões físicas e psicológicas para o resolver com sucesso" e tem por finalidade "a aquisição de qualidades físicas, técnicas e psicológicas para a utilização no combate desarmado ou armado, em circunstâncias o mais próximo possível do real, desenvolvendo características de autoconfiança e combatividade a par da força, flexibilidade e rapidez de reação, com o objetivo final da aquisição e melhoria de técnicas eficazes".

Segundo U. S. Marine Corps (1999), este identifica o CCC como um confronto físico entre dois ou mais oponentes envolvendo técnicas com recurso a armas ou não, e com recurso a força letal ou não, com um conjunto de técnicas que varia desde o controlo e domínio do agressor até ao uso de força letal. Acrescenta também que o objetivo do CCC é executar técnicas para produzir resultados letais ou não-letais. Alude ainda que as técnicas sem recurso a armas devem incluir técnicas de combate de mãos vazias e de defesa de ataques armados, e que as técnicas de uso de armas devem incluir o uso de espingardas, facas, bastões ou qualquer outra arma recorrente de uma oportunidade.

O Exército Americano no manual de Combate Corpo a Corpo, "*Combatives*" (Headquarters, 2002), a definição de CCC engloba o uso não só de espingarda com baioneta, mas de qualquer arma de fogo que não possa realizar fogo por qualquer falha, circunstância ou motivo, dizendo ainda que o CCC é fundamental para o treino de um soldado moderno devido à tipologia das missões voltadas para o CAU.

2.3. Definição de Defesa Pessoal

Segundo o Manual de Defesa Pessoal da Guarda Nacional Republicana (2013, p.9), a DP pode ser definida como "defesa a uma reação violenta, justificada pela necessidade de uma pessoa se proteger de uma agressão ou de proteger outrem", acrescenta ainda que "é um conjunto de movimentos, abstraídos de um ou mais sistemas ou estilos de Artes de Combate, que objetivamente visam promover a defesa própria ou de terceiros, conjugando, ao máximo, as potencialidades físicas, cognitivas e emocionais dos intervenientes".

Pode-se concluir, que a DP possui uma vertente mais adequada ao âmbito civil, onde a diferença relativamente ao CCC, reside sobretudo ao nível do objetivo. A busca pelo

sucesso é comum a ambas as situações, a DP visa principalmente evitar o conflito e garantir integridade física (Thompson, 2000), já no contexto militar, o individuo pode encontrar-se perante situações reais em que terá de lutar corpo a corpo com o inimigo e aí o objetivo é sobreviver ou eliminar a ameaça (Rodrigues, 1961).

2.4 Combate Corpo a Corpo em Ambiente Urbano

As cidades, na contemporaneidade, enquanto constituição de novos espaços e estruturas sociais e administrativas, onde a organização de atores, normas e regras sociais se articulam num quadro de gestão publica e privada, configuram-se, atualmente, como palcos de diversos tipos de conflitos que englobam desde guerras assimétricas até palcos para violência urbana (Exército Português, 2011).

As cidades sempre tiveram uma longa relação com a guerra e os conflitos, sejam eles de ordem internacional ou local como guerras civis, revoltas populares, massacres ou cercos militares, sendo que se pode dizer que a guerra voltou novamente às cidades.

Segundo o relatório do Comité Internacional da Cruz Vermelha (2017), o mundo testemunha atualmente uma mudança profunda na narrativa dos conflitos armados, em que todas as cidades, grandes ou pequenas, são capturadas por modelos radicados na guerra urbana por longos períodos consecutivos, em que diversas forças se confrontam num quadro diverso de combates de ruas, bombardeamentos aéreos, tiros de artilharia, armas inteligentes, ataques de infantaria, homens-bomba, carros-bomba e engenhos explosivos improvisados e com as populações a partilhar e a sofrer as consequências de tudo isto.

As operações de combate em AU são complexas e difíceis, implicando níveis elevados de sinergias e comunicações, sobrecargas volitivas e psicológicas e tomadas de decisão de elevado risco e incerteza, sejam situadas a nível de grupo ou a nível individual (Exército Português, 2011).

As operações de CAU implicam compreender a natureza do oponente, conhecer os seus locais e intenções, procurando usar essa informação para "ajustar" o espaço de batalha urbano. Torna-se fundamental a compreensão do contexto operacional, configurada por uma complexa malha de aspetos físicos que constitui o conjunto de edifícios, instalações e equipamentos que existem e preenchem uma cidade, bem como os aspetos sociais, considerando as matrizes socioeconómicas, religiosas e culturais (Headquarters, 2006).

Todas as dificuldades colocadas pelo combate em AU terão que ser superadas considerando a simbiose de uma preparação exigente, de um treino duro, intenso e realista, da audácia e competência do comando, da coerência e capacidade do quadro estratégico de

suporte a nível político e militar. No quadro e nível tático, a existência e capacidade de utilização de equipamento e armamento moderno e meios de inovação tecnológica avançados. Pode-se, pois dizer, de certo modo, que o combate em AU favorecerá, inequivocamente, os militares que estiverem mais bem preparados.

O CAU, diferente de combate em campo aberto, implica uma diferente abordagem, seja a nível operacional ou a nível tático. São inúmeras as variáveis a considerar e que limitam e condicionam este tipo de combate (Exército Português, 2012).

Todas estas variáveis implicam que o CAU deverá prevenir um militar para a possibilidade de combater em cenários diferenciados, em diferentes tipos de combate, como combates de curta distância, combates em espaços confinados, sendo por isso um tipo intervenção militar que utiliza táticas especificas, considerando que proximidade com o alvo/adversário é mínima, estas operações aumentam a probabilidade de recorrer a CCC.

Daí ser um tipo de combate singular, tendo em conta a proximidade entre os combatentes, a grande quantidade de obstáculos, casas, prédios, tuneis, esgotos, etc., que permitem ações furtivas e dissimuladas do adversário, como emboscadas, atiradores furtivos e armadilhas e a grande possibilidade da presença de civis não combatentes envolvidos, que poderão dificultar ou mesmo inviabilizar as operações militares (Exército Português, 2011).

É um cenário de guerra que implica competências e um grau de treino muito elevados, o domínio de técnicas de progressão em áreas edificadas, de técnicas de entrada em edifício, de seleção de posições de tiro, de técnicas de camuflagem e utilização e manipulação de explosivos, de técnicas de entrada e limpeza de compartimentos (Exército Português, 2011).

A singularidade da intervenção em AU pressupõe que os militares/combatentes tenham competências para combater utilizando diferentes tipos de armas, que vão desde a espingarda de assalto, da metralhadora, da pistola, ao combate com a faca ou baioneta, a utilização de explosivos, ou mesmo ao próprio corpo utilizando técnicas de CCC (U.S. Marine Corps, 1999).

Na impossibilidade real da utilização de qualquer outra arma, o CCC deverá possibilitar, utilizando diversas técnicas de combate, superar e neutralizar o potencial inimigo, pressupondo o domínio absoluto dessas mesmas técnicas e a capacidade volitiva e psicológica para optar pela melhor decisão (Exército Português, 2013).

Os fatores que condicionam a capacidade de um exército quando se trata de combater em AU são os mesmos para todos os beligerantes, não os influenciando diferentemente. Influenciará sim, os seus graus de treino e experiência deste tipo de combate e o nível de armamento e equipamento que dispõe.

Quanto mais bem treinado, equipado e apoiado mentalmente e logisticamente estiver o militar, mais confiante se sentirá neste cenário de combate, possibilitando reverter as dificuldades de um cenário difícil e hostil, numa eventual, recompensa tática.

2.5 Reflexões no Ensino de CCC aos militares

Importa mencionar que o CCC se encontra inserido na Educação Física Militar (EFM), onde esta última, rege-se segundo o Regulamento de Educação Física do Exército (REFE) e é definida como "o conjunto de atividades inseridas no Sistema de Instrução do Exército (SIE) que visam contribuir para preparar física, psíquica, social e culturalmente os militares, numa perspetiva de formação global do homem, e que, concorrendo para o fortalecimento do seu moral, torna-os mais aptos para o desempenho das missões que lhes possam vir a ser confiadas" (Ministério da Defesa Nacional, 2002, p.23).

A vertente do CCC está inserida, mais propriamente, no Treino Físico de Aplicação Militar (TFAM) que é "um conjunto de atividades visando a aquisição, o desenvolvimento e a manutenção de determinados gestos, técnicas e capacidades psicomotoras preparatórias para o combate" (Ministério da Defesa Nacional, 2002, p.24).

Rodrigues (1961) evidencia que o ensino do CCC no exército deverá providenciar aos militares desenvoltura, resistência, astúcia, capacidade de decisão e autoconfiança. Shillingford (2008, p.18), acrescenta ainda, que "o maior desafio do combate desarmado é preparar o militar para uma situação de stress extrema".

Estes dados vão de encontro ao estabelecido pelo o REFE do Ministério da Defesa Nacional (2002, p.419), onde este define CCC como "método de Aplicação Militar que tem por finalidade a aquisição de técnicas eficazes para utilização no combate com contacto físico, desenvolvendo características tais como a adaptabilidade, a autoconfiança, a combatividade, a coragem e a decisão e servindo-se de qualidades físicas como a força – a flexibilidade, e rapidez de reação, a coordenação e o sentido cinético".

Esta perspetiva é traduzida, também, em manuais de outros exércitos, como é caso do manual "*Close Combat*" do U.S. Marine Corps (1999, p.4) define como objetivo do CCC "a execução de técnicas letais ou não letais, armadas ou desarmadas".

O programa de treino dos Marines encontra-se orientado segundo o grau de intensidade do conflito, onde estruturaram o programa de treino num sistema de graduação por cintos, com cinco níveis (Bronze, cinzento, verde, castanho e preto). Para o militar passar

de cinto tem de adquirir habilitação num conjunto de técnicas, definidas para o respetivo nível (U.S. Marine Corps, 2011).

De acordo com Shillingford (2008, p.42), "O treino do combate corpo a corpo tem de ser baseado em dois princípios: simplicidade e brevidade. Apesar dos programas de treino de combate corpo a corpo se basearem em diversas técnicas de artes marciais, importa reter as mais simples, pois a maioria delas são demasiado complexas para serem usadas no coração da batalha".

Relativamente ao número de horas de treino, Shillingford (2008, p.49) refere que "a única solução de preparar um soldado para uma situação de vida ou morte é através de horas de treino de reações aos ataques. Uma prática constante em manequins e sacos é também um dos requisitos para puder encaixar na batalha (só treinando a sério e em condições adequadas é que se obterão resultados)".

Por último, em relação ao equipamento dos formandos, "os soldados têm de aprender a utilizar as técnicas de combate desarmado fardados e equipados como em combate, para sentirem que o equipamento que envergam restringe os movimentos, aproximando-se, assim, da realidade" (Shillingford, 2008, p.49).

Na guerra atual, o desempenho físico torna-se vital, é cada vez mais imposto por modos operacionais de ação, muitas vezes modelados na intervenção de forças especiais, feitos de penetrações profundas e improváveis em dispositivos inimigos, exigindo perícia, decisão, condição física e destreza para ultrapassar obstáculos complexos e difíceis e executando a missão final com a eficácia e intensidade adequadas (Exército Português, 2012).

A orientação da condição física militar deverá considerar, independentemente de uma perspetiva mais instrumental, o desenvolvimento das capacidades percetivo-motoras, como a temporalidade, a espacialidade, a estruturação e organização espaço temporal, a corporalidade, a lateralidade, o ritmo, o equilíbrio, a coordenação (global e segmentar) e o desenvolvimento das capacidades físico motoras, como a resistência, a força, a velocidade e a flexibilidade (Ministério da Defesa Nacional, 2002).

Orientando, agora, a nossa reflexão no sentido do tema do nosso estudo, e considerando uma perspetiva mais instrumental, a preparação militar para situações de combate desarmado, afirma-se a sua importância (U.S. Marine Corps, 1999).

Em situação de guerra, as ameaças diretas do inimigo existem e são reais, colocando os militares em situação de combates de grande intensidade, stress e pressão psicológica (Exército Português, 2012).

As situações de treino de combate desarmado é um dos poucos ambientes de preparação militar que permitem encenar situações próximas do real, possibilitando testar, avaliar e melhorar repetidamente o desempenho individual e o trabalho em equipa de militares sob pressão. A preocupação em fornecer as melhores práticas, possibilita uma oportunidade para reduzir o risco do desempenho em situação de pressão, possibilita fornecer aos militares as melhores ferramentas de atuação e garantir que eles adquiram as competências necessários para o combate. Por outro lado, estas situações de adestramento possibilitam a valorização do treino das habilidades psicológicas e volitivas, devendo para isso, serem implementados programas específicos, diversificados no seu enquadramento e contexto, possibilitando o máximo de situações/problemas a resolver pelo militar/instruendo.

Situações de aprendizagem que possibilitem a automatização de estereótipos motores, de aquisição de automatismos de regulação propriocetiva, de reprodução repetida de movimentos, de aperfeiçoamento técnico, de capacidade de sacrifício e auto esforço e de doseamento das fontes energéticas. Situações de aprendizagem que desenvolvam a capacidade de iniciativa, a capacidade de decisão, a responsabilidade, a capacidade de leitura e descodificação do oponente, capacidade de antecipação, originalidade e criatividade das respostas, a capacidade de facilmente adotar e melhorar comportamentos adaptativos.

O conceito-chave do Coronel John Boyd ou ciclo OODA, preconiza o processo pelo qual um indivíduo reage a uma situação e refere que em casos de pressão poderá haver uma resposta automatizada do nosso subconsciente (Johnson, 2014).

Para Municio (1996), a automatização é um processo de aprendizagem associativa que ocorre como resultado da prática repetida de uma sequência ou de um conjunto de ações ou de conhecimentos. Quando um comportamento se automatiza, solicitando muito pouca atividade cognitiva, quase que se torna numa atividade inconsciente.

No entanto, estas formas de aprendizagem apresentam limitações que só podem ser superadas por uma aprendizagem construtiva. As aprendizagens prévias recuperadas com base em processos associativos, só podem ser recuperadas mediante uma atitude construtivista, pois se não forem utilizadas com frequência, certamente que mais facilmente serão esquecidas.

Nas atividades de instrução e treino militar, pode-se observar e comparar a simplicidade/dificuldade com que o militar experiente/inexperiente implementa, realiza e organiza uma determinada resposta motora a uma situação. Essa resposta, aprendida de forma mecânica e executada centenas de vezes, certamente que nos garantirá eficácia numa determinada circunstância específica de uma situação, mas os militares/instruendos deverão ser capazes de, face à modificação dessas situações (reação do adversário e outras), manter a continuidade da eficácia da ação proposta, utilizando e "construído" novas soluções alternativas (Ministério da Defesa Nacional, 2002).

Analisadas e relacionados os aspetos caracterizadores de ambos os processos, a atitude dos responsáveis pela formação deverá refletir um verdadeiro compromisso na orientação do ensino pelos processos de construção, embora se assuma que ambos os processos são indubitavelmente inerentes às características do ser humano, e irão estar presentes, em maior ou menor proporção em todo o quadro do processo de aprendizagem.

De forma a sustentar a valorização de competências e aos conhecimentos dos formadores de CCC, "o sucesso da sessão de formação depende da perícia com que o instruendo executa as tarefas que aprendeu. O instrutor deve conhecer bem as técnicas de instrução para poder, de maneira mais eficiente, planear, preparar, orientar, controlar e avaliar o desempenho do instruendo" (Exército Brasileiro, 2004, cap3, p.1).

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

O presente capítulo tem como objetivo a enunciação do percurso metodológico, métodos e materiais utilizados, assim como a justificação da tomada de decisões na realização do trabalho de investigação.

Para isso, é necessário definir o conceito de método científico como um "conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para se atingir o conhecimento" (Gil, 2008, p. 8). Ainda, segundo Freixo (2011, cit. in IESM, 2016, p. 280), o método "compreende o processo de aquisição de conhecimentos, recorrendo a procedimentos reconhecidos de colheita, classificação, análise e interpretação de dados.".

Dos diversos tipos de investigação existentes, pode-se enquadrá-los em dois: investigação fundamental e aplicada. Para o presente trabalho, utilizou-se a investigação aplicada, uma vez que se tenciona encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos adquiridos (IESM, 2016).

3.1. Tipo de abordagem

Segundo Freixo (2011), o método pode seguir diferentes formas de raciocínios durante a investigação, sendo eles os raciocínios indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo. Do RCFTIA em questão, o método assente foi o método dedutivo, onde se "parte da lei geral para a particular" (IESM, 2016, p.21).

Quanto à estratégia de investigação, esta pode ser quantitativa, qualitativa ou mista (Rosado, 2017). A estratégia adotada enquadra-se no âmbito da investigação qualitativa, pressupondo o conhecimento e melhor compreensão de uma dimensão social, nas suas singularidades, experiências, significado e outras dimensões. Tendo em conta os pressupostos teóricos em que assenta o objeto da investigação, o seu desenvolvimento e metodologia proposta, bem como a natureza do objeto de estudo que pressupõe, não uma explicação de factos, mas sim a sua compreensão e interpretação, pode-se situar o mesmo, numa perspetiva de investigação interpretativa (Santos et al., 2019).

Na sua resultante, este estudo irá possibilitar a valorização do nosso quadro concetual, a aquisição de competências e habilidades que possibilitem operacionalizar as complexas e exigentes dimensões de intervenção nos campos de ação do EP e mais especificamente no sugerido na intenção desta nossa investigação.

Sendo o propósito da investigação qualitativa reconstruir a realidade, pressupõe-se que o conhecimento obtido deverá representar um produto construtivo e interpretativo que ocorre em relação ao investigador e ao que se pretende investigar, ajudando na interpretação e produção de mais conhecimento que nos possibilite, de uma forma contínua, em confronto com a realidade existente, identificar, interpretar e agir face a novas situações e assim abordar outras construções e pressupostos teóricos fundamentais à implementação das melhores processos didáticos, conteúdos, práticas e estratégias (Freixo, 2011), que deverão sustentar os processos de formação e preparação militar no EP.

Configura-se, assim, que a nossa investigação será estruturada considerando uma perspetiva hermenêutica e interpretativa a partir da análise de conteúdo das perceções e relatos de vida de profissionais especialistas da área militar, legitimando integrar novas perspetivas pedagógicas e metodológicas, considerando os parâmetros adequados à valorização e preparação dessa mesma formação e preparação militar.

3.2. Modelo de análise

De forma a podermos conduzir e a traçar o caminho da investigação, torna-se necessário elaborar uma PP (Quivy & Campenhoudt, 2017). Em resultado disto, foi definido como OG, apurar se as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades das ameaças do ambiente urbano; por conseguinte formulou-se a PP à qual o presente trabalho pretendeu dar resposta: **De que modo as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades face às ameaças do ambiente urbano?**

Para apoiar e fundamentar o OG e dar resposta à PP, foram definidas as Perguntas Derivadas (PD), com o objetivo de estruturar o processo de investigação, estas, que vão de encontro aos OE, que se encontram esplanadas na seguinte tabela permitindo uma melhor aceção.

Tabela 1 – Relação entre os Objetivos Específicos e Perguntas Derivadas

Objetivos Específicos	Perguntas Derivadas
OE_1: Descrever as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo que se mostram relevantes na impossibilidade do uso de armas de fogo;	**PD_1:** Quais as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo que se mostram relevantes na impossibilidade do uso de armas de fogo?
OE_2: Identificar que tipo de treino existe no Exército Português tendo em vista a aplicação do Combate Corpo a Corpo face às ameaças em ambiente urbano;	**PD_2:** Qual é o treino existente de Combate Corpo a Corpo no Exército Português face ao ambiente urbano?
OE_3: Analisar a doutrina de outros países da NATO e se esta pode ser aplicada nos procedimentos de Combate Corpo a Corpo no Exército Português.	**PD_3:** A doutrina de outros países da NATO, pode ser aplicada nos procedimentos de Combate Corpo a Corpo no Exército Português?

Fonte: Elaboração Própria

3.3. Métodos e técnica de recolha de dados

A recolha e obtenção de informação para o desenvolvimento da investigação realizou-se essencialmente a partir de fontes bibliográficas de dois tipos, fontes primárias e secundárias (Lapan, S. D., Quartaroli, M. T., & Riemer, F. J., 2011). Sendo as fontes primárias "constituídas por textos originais sem a interpretação de outros autores" (Rosado, 2017, p. 124), estão nestas incluídas Diretivas do Estado Maior do Exército, Documentos Oficiais do Exército Português, da NATO, assim como de outros países aliados. Em relação às fontes secundárias incluíram livros, revistas, teses de doutoramento, artigos científicos e dissertações de mestrado. Estas fontes foram pesquisadas em bases de dados como a EBSCO, RCAAP, entre outras, usando palavras-chave como "Combate Corpo a Corpo", "Defesa Pessoal", "Combate em Ambiente Urbano" e "Treino Operacional".

O presente trabalho de investigação aplicada foi redigido na plataforma *Microssoft Office Word* auxiliada pelo *Mendeley* na estruturação das referências bibliográficas.

Concluído o enquadramento teórico e a revisão da literatura, foram executados inquéritos por entrevista, tendo em conta a literatura sobre o tema e a nossa perceção face ao tipo de estudo proposto, a entrevista permitirá obtermos uma maior e mais rica quantidade de dados e informações contextuais (Marconi & Lakatos, 2003).

Para além da possibilidade de utilização de um guião (Apêndice A) previamente elaborado, possibilita-nos a oportunidade de esclarecimentos e acertos numa situação de tempo real das perguntas e respostas e o reajuste e a abordagem de questões não previstas, configurando-se, assim, uma possibilidade de interação mais direta, personalizada, flexível e espontânea.

A entrevista é composta por doze questões (Apêndice B) divididas e organizadas em cinco grandes dimensões. Ao longo do guião da entrevista procura-se configurar alguns tópicos orientadores que possibilitassem que o entrevistado, para além de poder abordar qualquer outro assunto julgado de interesse, fosse orientado, no contexto do diálogo estabelecido durante a entrevista, para as respostas aos objetivos propostos e previamente definidos.

Para a elaboração das questões da entrevista, partiu-se da análise das opiniões de vários militares especialistas e da consulta de literatura e artigos de vários autores sobre o tema em questão.

Deste modo, a versão final do guião de entrevista considerou cinco grandes dimensões, divididas em diferentes questões e categorias de análise, como se pode observar no quadro de categorização de perguntas das entrevistas (Apêndice E).

3.4. Procedimentos de amostragem

Os sujeitos que participam neste estudo correspondem a um grupo de militares especialistas na área, com responsabilidades e competências no quadro da formação do EP.

Deste modo, foram entrevistados (7) participantes que voluntariamente se constituíram como protagonistas deste estudo, tendo como único critério, a sua própria vontade em contribuir para um melhor conhecimento das técnicas e procedimentos praticados na formação e preparação de militares do EP.

Considerando o âmbito, caraterísticas, modelo de estudo e informação que se pretende obter, optámos pela recolha de dados relativos às perceções dos sujeitos desta amostra, através da realização de uma entrevista semiestruturada aos mesmos.

Queremos ainda esclarecer, como nota justificativa, a razão da dimensão da amostra considerada para este estudo ser pequena, como elemento instrumental e critico para a validade do mesmo.

Como premissas de partida e considerando o objeto do nosso estudo, a não existência de muitos estudos ou de uma base bibliográfica nacional significativa sobre o tema e a não existência de um número, também significativo, de especialistas sobre o tema, implicam algumas limitações, que à partida já se considerou. No entanto, e como apoio ao nosso estudo, procedeu-se à consulta da bibliografia disponível, sobretudo de outros países.

Numa outra dimensão, nas investigações com uma abordagem quantitativa, normalmente existe uma estimativa predeterminada do tamanho de amostra necessária para obter um resultado significativo (Freixo, 2011). Nas investigações com uma abordagem qualitativa é mais difícil predeterminar a dimensão da amostra, considerando a natureza e abrangência do tema e também porque as respostas dos sujeitos participantes, são também elas pouco estruturadas, de natureza complexa e não apenas uma matriz de números, uma vez que uma resposta pode ter mais informações do que outra.

Na nossa investigação, utilizando uma abordagem qualitativa, o objeto de estudo circunscreve-se a um tópico temático muito específico, implicando, também, a especificidade da amostra, onde o principal critério de inclusão dos participantes foi o nível de experiência e especialização relativamente ao tema, serem pessoas com competências e nível de autoridade reconhecidas na formação de militares, no ativo, com conhecimento das necessidades próprias do setor, e, se possível, com produção académica sobre o assunto.

No caso do processo de definição da nossa amostra, procurámos obter que a mesma significasse uma quantidade de informação relevante, uma fonte informacional forte, onde fosse privilegiada a qualidade dos informadores/participantes versus a quantidade.

Para isso, e de acordo com Malterud, Siersma e Guassora, (2016), procura-se ter em consideração para o estudo um conjunto de preocupações que tivessem em conta qual o objetivo do estudo, qual o nível de especificidade da amostra, quão instituído e sólido é o quadro e referencial teórico, qual o nível de qualidade do diálogo possível e qual a estratégia analítica optada.

3.5. Técnicas de tratamento e análise de dados

Iniciou-se esta fase do estudo, solicitando ao Comando da Academia Militar autorização para a realização de um estudo sobre o modo como as técnicas e procedimentos de CCC utilizados no EP estão de acordo com as necessidades face às ameaças do AU.

Pretende-se analisar as respostas de entrevistas exploratórias a militares com conhecimento na área à qual recai a investigação, solicitação que foi deferida.

Ao referenciarmos como objeto de estudo a recolha de dados alusivas às perceções de militares especialistas no ativo, optámos pela utilização/realização de uma entrevista semiestruturada a todos os (7) sujeitos da amostra.

A todos eles foram explicados os objetivos do estudo, os objetivos da entrevista, e foi solicitada a respetiva autorização para a sua realização e gravação, tendo para isto sido entregue a cada um uma carta de apresentação (Apêndice C) e guião de entrevista.

Depois de elaboradas as questões e tópicos da entrevista, foi previamente elaborado um guião contendo as questões de apoio, querendo, assim, assegurar a obtenção das informações pretendidas. Para a realização das entrevistas, foi utilizado esse guião, tendo sido as mesmas gravadas em áudio e totalmente transcritas.

O guião da entrevista foi validado por dois militares especialistas no sentido de verificar que as questões apresentadas eram percetíveis, permitindo ao entrevistado dar respostas úteis para a análise pretendida, que a duração de tempo da entrevista era a adequada e que a sequência apresentada fazia sentido. Durante a entrevista, e enquanto se processava a gravação, iam sendo anotadas as ideias mais relevantes.

Para a análise interpretativa das respostas, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo que segundo Bardin (1977), consiste numa técnica de investigação que possibilita a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo. Para Krippendorff (2004), a análise de conteúdo apresenta-se como uma técnica de investigação que permite fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto, podendo caracterizar-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens.

Na aplicação desta técnica optou-se pela utilização de procedimentos fechados, tal como foram definidos por Ghiglione e Matalon (1997), ou seja, considerou-se à priori como categorias de análise cada uma das diferentes perguntas da entrevista, a análise dos dados foi realizada tendo em conta um processo de categorização prévio, estruturando toda a informação considerando um conjunto de dimensões e categorias referidas no Apêndice B. Deste modo, a análise de conteúdo foi realizada questão por questão em cada uma das dimensões e categorias consideradas na entrevista.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Análise das entrevistas

A análise de conteúdo é a técnica adotada para o processo de tratamento dos dados com vista a transformá-los em informação esclarecedora. A análise de conteúdo é compreendida, basicamente, segundo a definição de Bardin (1977), como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens.

Analisar o conteúdo de um documento é, como refere Mucchielli (1982), procurar as informações que aí se encontrem, verificar o sentido ou os sentidos que aí estejam presentes, formular e classificar tudo o que ele contém. Desta forma, o processo de análise de conteúdo procura efetuar a indagação total e objetiva das informações de forma rigorosa.

Neste estudo, de acordo com Rodrigues (2002), como primeira preocupação procurou-se a identificação, o reconhecimento e a seleção do conteúdo pertinente das entrevistas, que depois procurou-se classificar, catalogar e distribuir em função de um sistema de categorias e que se interpretou tendo em conta um trabalho de leitura efetuado com base em pressupostos e numa teoria que depois lhe dará uma importância.

Embora base da informação, os textos das entrevistas, só por si, não significam os dados suficientes para se demonstrarem as conclusões de um estudo. Têm de ser analisados, organizados e estruturados, possibilitando, assim, construir, os significados relevantes relativos aos objetivos do estudo (Gómez, G., Flores, J. & Jiménez. E., 1999).

Optou-se pela utilização de procedimentos fechados, onde se possui uma lista prévia de categorias adequada ao objeto de estudo e é usada para classificar os dados que geralmente é provida por uma teoria geral que se adota e que é apresentada no quadro teórico conceptual do trabalho (Lima, J. A. & Pacheco, J. A., 2006).

Deste modo, a análise de conteúdo foi realizada questão por questão em cada uma das dimensões e categorias consideradas na entrevista.

Todos os quadros que a seguir se seguem, foram elaborados a partir da identificação e seleção dos conteúdos mais pertinentes das respostas às respetivas questões dadas nas entrevistas realizadas aos especialistas.

Tabela 2 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Qual a arte marcial ou disciplina de CCC que pratica ou praticou?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Pratico/pratiquei vários artes marciais e disciplinas de CCC	7
Pratico/pratiquei Krav Maga	2
Pratico/pratiquei Boxe ou Kickboxing	1
Pratico/pratiquei Judo	1

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à primeira questão que foi colocada a estes sujeitos, infere-se das respostas obtidas, tal como se pode observar na tabela 2, que na generalidade todos praticaram ou praticam várias artes marciais ou disciplinas de CCC, como é o caso do Boxe, Kickboxing, Krav Maga ou Judo.

Tabela 3 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Valoriza outras disciplinas? O que o levou a optar por esta em particular?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Não valorizo nenhuma disciplina em particular	5
Em todos os estilos existem coisas boas e coisas menos boas	5
No contexto militar há que aproveitar as coisas mais úteis de cada disciplina	4
Há que aproveitar as coisas mais úteis na circunstância, luta em pé ou no solo	2
Há que aproveitar, contextualmente, as melhores ferramentas que cada disciplina possibilita	1

Fonte: Elaboração Própria

Em relação à segunda questão que foi colocada, na generalidade, os sujeitos referem não valorizar em particular outra disciplina ou arte marcial e também, tendencialmente, não valorizam a utilidade em particular de uma disciplina ou arte marcial para o CCC. Valorizam, sim, e dado que praticaram várias, a utilização de modelos híbridos, modelos que incorporem técnicas de diversas disciplinas e artes marciais consideradas as mais adequadas e eficazes no CCC.

Esta perspetiva conforma a tendência verificada em alguma bibliografia consultada e onde se constata em outros países a recorrência no CCC de técnicas usadas em diferentes

modalidades de Karaté: Kyokshin e Shoring ryu, modalidades de boxe: Boxe Francês (Savate), Boxe Tailandês (Thai Boxing), Boxe Japonês (Kick Boxing); Modalidades olímpicas como Taekwondo WTF e variantes tradicionais como o Hapkido, Kung Fu.

No contexto da preparação militar, a competência operacional do militar em situação de combate, pressupõem que a sua preparação saiba aproveitar os elementos mais úteis a essa preparação.

Atualmente existem diversos sistemas de CCC, articulando técnicas de diversas modalidades de artes marciais, procurando responder à eficácia e sobrevivência do militar em situação de combate.

Numa perspetiva de praxeologia e implícita nas respostas, referir que a realidade da práxis motora e a lógica interna das artes marciais praticadas em situação de confronto desportivo ou de situação de um confronto real em cenário de guerra são próximas nos princípios, mas muito diferentes nas finalidades. Em ambas as situações se privilegiam o conhecimento do "eu", mas em oposição com um adversário. Neste confronto, as falhas são decisivas para o desenrolar dos acontecimentos, sendo as variáveis principais a considerar, a capacidade de suportar situações críticas extremas, a capacidade de "interpretar o opositor/inimigo" e ter maior capacidade de antecipação, a capacidade para utilizar o ataque, a defesa, a simulação em função da situação e do opositor/inimigo.

Tabela 4 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Que importância atribui ao CCC na formação dos militares para os atuais teatros operacionais em áreas urbanas?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
O CCC deve ser é uma competência de suporte para o combate	3
CCC muito importante em qualquer ambiente operacional	7
As AU oferecem mais probabilidades de conflito que exija esta valência	3
O CCC permite responder a situações inesperadas	3
A rigidez e limitações em certos cenários de guerra impostas pelas ROE no que diz respeito à neutralização rápida de qualquer ameaça próxima, legitimam a utilidade e eficácia do CCC e a importância persistente e disciplinada do seu treino.	3
Valoriza-se a importância da arma individual e da proteção da sua posse, apesar das implicações motoras, físicas colocadas pelos equipamentos (vestuários de combate, coletes balísticos, capacetes, camuflagem, óculos de	2

proteção, etc.), dominar técnicas simples e muito eficazes de CCC é fundamental.	

Fonte: Elaboração Própria

Como síntese interpretativa das respostas a esta questão, pode-se referir que os resultados mostraram a existência de duas tendências prevalecentes e convergentes. Uma reconhecendo a importância do CCC em qualquer ambiente ou cenário de guerra e outra assumindo o CCC como uma competência de suporte para o combate. Expressam, também, a maior possibilidade de as intervenções em AU possibilitarem uma eventual maior recorrência ao CCC bem como serem geradoras de um maior número de situações inesperadas.

Evidencia-se que o corpo humano ainda se apresenta como elemento fundamental em qualquer ação de guerra. Significa-se, assim, a importância do corpo do combatente e da sua destreza físico/intuitiva necessária para que este realize com êxito as suas missões operacionais de natureza militar em situações de stress, seja portador de uma arma ou não, onde corpo, pessoa e arma possam constituir um todo e um meio de luta altamente eficaz em caso de combate real.

Tabela 5 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "O ensino das competências para o CCC favorecem a operacionalidade militar, a capacidade de decisão e os atributos de liderança?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
As competências do CCC são fundamentais como suporte para qualquer tipo de combate	7
As competências do CCC são importantes quando existe falha do armamento	3
Seremos melhores profissionais se tivermos competências de CCC	3
Tem influência relevante sobre a operacionalidade	5
Tem influência relevante sobre a tomada de decisão	5
Tem influência sobre a capacidade de liderança	4
Poderá ter alguma influência sobre a capacidade de liderança, mas não de uma forma tão direta e evidente como sobre a operacionalidade e decisão	1
Poderá ajudar como multiplicador da autoconfiança	3

Fonte: Elaboração Própria

As respostas a esta questão evidenciam unanimidade relativamente á importância do domínio dos conhecimentos,

Na resposta à questão anterior, já ficou clara a importância do CCC como uma importante competência de suporte para o combate. Nesta resposta, evidencia-se, também, a concordância de como essas competências podem influenciar um conjunto de atitudes pertencentes de um quadro de dimensões não técnicas e mais subjetivas das competências operacionais, contemplando um conjunto de qualidades pessoais que se configuram em termos de saber ser e de saber estar, ou melhor num quadro de atitudes e valores que singularizarão o militar. Algumas dessas qualidades pessoais que se apresentam como apanágio do militar são destacadas em vários estudos ou referências bibliográficas, refletindo-se no que respeita a atitudes de iniciativa, operacionalidade, criatividade, adaptabilidade, agilidade, capacidade de decisão, valorização contínua, aperfeiçoamento pessoal, flexibilidade, liderança, competitividade e autoconfiança.

Nas qualidades essenciais de um militar, querermos encontrar a capacidade de liderança pessoal ou de um grupo, autocontrole, a vontade de vencer, a agressividade adequada, a presença de espírito, a determinação e um conjunto de capacidades e habilidades psicológicas, que dificilmente se ensinam de uma forma expositiva e que dificilmente se explica especificamente como devem ser desenvolvidas.

Segundo Clausewitz (1984), o CCC poderá significar o instrumento pedagógica adequado, pois incorporam na sua lógica interna a capacidade de suportar situações extremas, de "interpretar o opositor", de ter maior capacidade de antecipação na utilização do ataque, de defesa, de simulação em função da situação e do opositor, integrando e representando num contexto adequado o mais próximo da guerra, situações de perigo, de esforço físico, de cansaço e fadiga e de incerteza. Tudo isto tem lugar num quadro emocional, volitivo e motivacional, que implica deverem ser tidos em conta outros fatores, como a confiança nas próprias possibilidades, a responsabilidade pela melhor tomada de decisão ou a capacidade para superar situações de elevado risco.

No quadro da guerra real, o perigo e o medo são uma constante, consequência de uma dimensão psicológica que é essencial controlar para se ter sucesso. O treino intenso, sistemático, disciplinado e contextualizado possibilitará controlar esse medo originado pela consciência do perigo.

As alterações fisiológicas provocadas pelo esforço físico exigido em situação de stress, a carga mental implicada pelos condicionamentos cognitivos internos (dificuldade percebida), implicando uma avaliação das exigências objetivas e uma avaliação das

probabilidades de êxito, onde o instinto primário de sobrevivência, diante de uma agressão física específica, leva o homem a um nível de exaustão difícil de comparar com outra disciplina ou atividade, só é possível de controlar através de um elevado grau e disciplina de treino onde a incerteza existe, pois diante de um oponente há uma vontade em oposição que busca infligir danos reais, onde sua técnica e tática de combate são desconhecidas, assim como sua resistência e vontade de vencer.

Atualmente existem diferentes técnicas de CCC, algumas de criação e desenvolvimento recentes e implicando abordagens híbridas. No entanto, ao escolher um sistema de CCC, é importante determinar os objetivos a serem alcançados, pois as técnicas de derrubar, agarrar e desarmar são importantes, mas também é essencial poder propor técnicas assentes numa elevada agressividade, simplicidade e eficácia.

A perspetiva de preparação através da prática de vários tipos de luta e CCC é essencial, pois permite repetir uma experiência fundamental, possibilitando um adestramento importante e uma mobilização e adaptação psicológica fundamentais. Mesmo assim, e apesar dessa experiência fundamental, é difícil chegar à situação de "confronto real" devidamente preparado. Só o conhecimento pessoal da guerra nos poderá indicar onde estão as grandes dificuldades (Liddell Hart, 2005).

A instituição militar deve possibilitar que os seus combatentes estejam preparados física, psicológica e tecnicamente para enfrentar tais dificuldades com garantias de sucesso. Caso contrário, haverá uma falha na sua preparação que gerará um alto grau de insegurança e até desajuste para cumprir as missões que lhes são confiadas, independentemente das suas caraterísticas ou natureza.

Tabela 6 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Considera que a formação existente de CCC no Exército Português é suficiente face às ameaças atuais do ambiente urbano?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Não	5
Penso que neste momento estamos a melhorar de dia para dia.	3
O CCC é uma componente do CP	4
A componente de ensino do CCC não é suficiente seja para o CP ou outro	4
Esta dificuldade advém da exiguidade do tempo disponível para o seu ensino	5
A clarificação sobre os objetivos e intencionalidades do CCC, na atual formação militar	5

Esta dificuldade advém da dificuldade em implementar e uniformizar programas de base	4
A existência e utilização de distintos programas avulsos em diferentes forças militares	3

Fonte: Elaboração Própria

De uma forma global, relativamente a esta questão, pode-se referir que as opiniões dos entrevistados vão claramente no sentido do reconhecimento da insuficiência da formação de CCC ministrada no EP, embora seja referido a existência de algumas melhorias nessa mesma formação, a um nível mais especializado. Esta constatação apresenta um maior destaque quando se considera o CCC como uma componente do CP. Como causas mais evidentes justificando essa insuficiência, referem: o pouco tempo dedicado à componente do ensino do CCC, sobretudo e tendo em conta a sua importância como parte integrante e fundamental da preparação militar básica, no quadro de formação do combate de proximidade e no quadro de formação de tropas especiais; a necessidade de existirem objetivos claros e intencionalidades do CCC, na atual formação militar, apesar de inserido na componente de TFAM; a implementação de planos de formação diferenciados para os diferentes corpos de tropas existentes; a necessidade de existirem programas comuns para a formação de base.

O fim da Guerra Fria, a globalização, a emergência de novos países, as novas perspetivas geoestratégicas vieram implicar uma nova forma de conflitos com características diferentes, únicas e fora dos modelos de conflitos armados tradicionais e que passaram, entre outras, a ter a designação "novas guerras".

Novas guerras implicam uma nova perspetiva do "militar pós-moderno" (Moskos, 2000) considerando novas configurações organizacionais, um novo posicionamento face à sociedade civil, originando novos modelos de cooperação civil-militar, a participação nas chamadas missões não bélicas (como as Operações de Apoio à Paz) e a maior convergência com unidades militares de outros países por meio de espaços de interoperabilidade no âmbito das operações humanitárias e de paz no esquema das Nações Unidas e especialmente da NATO.

Neste sentido, os possíveis e diversos cenários de intervenção do EP pressupõe militares bem preparados tendo em conta a função e a natureza das missões que lhes seja solicitado executar, seja num cenário de guerra ou de missão de paz.

Em qualquer missão de guerra ou de paz, qualquer situação pode tornar-se a qualquer momento hostil, colocando o militar numa situação de eventuais ataques à sua integridade física.

Assim, afigura-se como vital e fundamental a sua capacidade em poder responder com prontidão e eficácia a essas ameaças, seja em que situação de combate for.

Deste modo, será exigido que o militar domine as competências de combate nas várias modalidades e cenários possíveis e onde, em qualquer das situações, o CCC, apesar de toda a tecnologia que o militar transporte, se afigura como duradoura e indispensável na sua utilidade.

> "O Soldado Moderno deve ser capaz de combater nas várias modalidades: arma longa (espingarda de assalto, metralhadora, caçadeira); arma curta (arma de recurso/arma secundária); combater com recurso a objetos de corte (baioneta, faca de combate, machado, machete, navalha); e por fim, sem armas, socorrendo-se apenas das suas habilidades motoras. Esta será, portanto, a lógica de necessidades para atribuição de competências motoras do Soldado Moderno no vetor *Close Quarters Combat* (CQC)" (Miranda, 2020, p. 113).

Tabela 7 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Que competências/elementos técnicos considera de maior utilidade no teatro de operações em áreas urbana?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Considero existirem 3 campos distintos de competências; competência básicas para o combate desarmado; competências de suporte para o CCC e competências para o combate armado	5
Competências para o combate armado e considerando o combate desarmado, técnicas de defesa e proteção, utilização de armas naturais e ações de ação e reação	5
Agredir o adversário antes que me agrida a mim	3
Não deixar que o adversário me agarre	3
Se agarrado, recuperar a liberdade de ação	3
Saber como lidar com adversários que utilizarem armas contundentes/cortantes/perfurantes	3
Dominar técnicas de desarme frente a adversários armados com armas de fogo	4
Saber utilizar ofensivamente a arma pessoal (espingarda), quando inoperacional	1

Saber utilizar defensivamente a arma pessoal (espingarda), quando inoperacional	3
Saber reter a arma	3

Fonte: Elaboração Própria

As respostas a esta questão são gerais quanto ao reconhecimento inequívoco de que todos os militares deverão possuir competências que lhes permitam dar as respostas adequadas em situações de combate armado ou desarmado em AU.

De uma forma geral, reconhecem a necessidade de competências muito elevadas quanto à utilização do CCC.

O combate em AU deverá precaver um militar para a capacidade de combater em cenários diferenciados, em diferentes tipos de combates, combates de curta distância, combate em ambientes confinados, sendo por isso um tipo de ação militar em que se emprega um conjunto de táticas quanto mais próximo do alvo se estiver. Esse é um tipo de combate que apresenta características muito específicas, tendo em conta a proximidade entre os combatentes, a grande quantidade de obstáculos, casas, prédios, tuneis, esgotos, etc., que permitem uma ação furtiva do adversário, como emboscadas, atiradores furtivos e armadilhas e a grande possibilidade da presença de civis não combatentes envolvidos, que poderão dificultar ou mesmo inviabilizar as OM. É um cenário de guerra que implica competências elevadas, o domínio de técnicas de progressão em áreas edificadas, de técnicas de entrada em edifício, de seleção de posições de tiro, de técnicas de camuflagem e utilização e manipulação de explosivos, de técnicas de entrada e limpeza de compartimentos (Exército Português, 2011).

Dado que a situação é extrema, o comportamento do combatente, consequente de um intenso, racional e disciplinado treino, deverá expressar o seu domínio psicológico da situação, procurando a serenidade necessária ao controlo de todas as variáveis adversas ou favoráveis. Toda a ação a desenvolver na situação está dependente do modo como o ambiente é percecionado, sendo que a segurança depende das possibilidades individuais de ação e da capacidade de perceber adequadamente o ambiente e a situação.

Numa confrontação existem fatores fundamentais a considerar, como o domínio e equilíbrio postural são fatores de base para uma fácil movimentação, para a execução das técnicas de ataque e de defesa, para a preocupação em controlar o distanciamento adequado do adversário, para a manutenção de uma postura de agressividade inequívoca, determinada,

mas racional, e fundamentalmente um elevado domínio de técnicas simples, fluidas e eficazes.

Tabela 8 - Distribuição das respostas à questão sobre "Quais as competências/elementos técnicos pensa de importante levar em conta no ensino/formação militar e quais considera prioritários?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Todas as competências básicas para o combate desarmado, competências de suporte para o CCC e competências para o combate armado são importantes na formação militar	5
Existem diferentes perspetivas quanto ao referenciar quais as competências prioritárias	3
Por uma questão suporte básico a todas as outras, pode-se considerar como prioritárias as competências básicas para o combate desarmado	4

Fonte: Elaboração Própria

As respostas apresentadas neste quadro evidenciam que os entrevistados não pretendem ou não consideram a existência de competências prevalecentes a outras. Consideram, sim, que a formação militar deve considerar planos de estudos que possibilitem a organização das situações de aprendizagem específicas da instituição, visando a preparação dos militares para o desempenho de cargos e o exercício de funções de cada categoria e quadro especial. Deste modo, concretiza-se em percursos formativos estruturados (Instrução Básica e Complementar) e na aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, competências e destinando-se a conferir perícias, capacidades, conhecimentos e/ou inculcar atitudes apropriadas.

Tabela 9 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Que metodologia (s) preconiza para o ensino de luta corpo a corpo e quais os aspetos que considera mais importantes?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Metodologias em que o ensino das técnicas/ferramentas do CCC seja contextualizado em situações mais próximas da realidade	7
Metodologias de ensino de matriz construtivista que favoreçam a implicação cognitiva direta dos alunos/instruendos na sua aprendizagem	5

Metodologias de ensino que impliquem a descoberta guiada e a resolução de problemas	5
Metodologias preocupadas com o ensino das técnicas/movimentos de baixa complexidade motora, mas de elevada potencialidade instrumental e aplicativa	5

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente a esta questão as respostas dos entrevistados são, na sua globalidade, acordantes com a implementação de metodologias que procurem a contextualização das aprendizagens o mais próximo possível de situações reais, metodologias centradas nos instruendos e que favoreçam a sua cumplicidade cognitiva nas aprendizagens, favorecendo a indagação e a resolução de problemas bem como projetando perspetivas biomecânicas de execução as mais simples e eficazes possíveis.

Sugerindo uma abordagem mais detalhada e a partir da síntese das respostas obtidas, pode-se aprofundar esta temática, considerando os aspetos mais relevantes que sobre a mesma se consideram.

O conhecimento pode ser gerado por dois processos básicos, a associação e construção. Municio (1996), refere que a associação é o processo mais amplamente utilizado na integração de aprendizagens implícitas, enquanto que a aprendizagem por reestruturação ou construtiva é utilizada para as formas mais complexas de aprendizagem.

Outra grande diferença é a utilização de conhecimentos prévios. A aprendizagem associativa utiliza o conhecimento prévio de forma meramente instrumental, enquanto que a aprendizagem construtiva utiliza as aprendizagens anteriores para dar sentido e organizar as novas aprendizagens, ocorrendo uma reflexão consciente sobre o conhecimento prévio existente.

No âmbito das práticas de instrução militar em cenários reais ou construídos, facilmente pode-se discriminar entre militares com experiência que conseguem percecionar e visualizar as situações de uma forma mais abrangente e completa, enquanto militares/instruendos com menos experiência não tem essa capacidade, resultando numa capacidade de percecionar e visualizar partes dessas situações ou elementos das mesmas, mas isolados.

Segundo Municio (1996), a automatização é um processo de aprendizagem associativa que ocorre como resultado da prática repetida de uma sequência ou de um

conjunto de ações ou de conhecimentos. Quando um comportamento se automatiza, solicitando muito pouca atividade cognitiva, quase que se torna numa atividade inconsciente.

Nas atividades de instrução e treino militar, pode-se observar e comparar a simplicidade/dificuldade com que o militar experiente/inexperiente implementa, realiza e organiza a sucessão dos gestos, técnicas e tomadas de decisão adequadas à resolução das situações com as quais se encontra confrontado,

No entanto, estas formas de aprendizagem apresentam limitações que só podem ser superadas por uma aprendizagem construtiva. As aprendizagens prévias recuperadas com base em processos associativos, só podem ser recuperadas mediante uma atitude construtivista, pois se não forem utilizadas com frequência, certamente que mais facilmente serão esquecidas.

Uma intervenção organizada e aprendida de forma mecânica e executada centenas de vezes, certamente que nos garantirá eficácia numa determinada circunstância específica de uma situação, mas os militares/instruendos deverão ser capazes de, face à modificação dessas situações (reação do adversário e outras), manter a continuidade da eficácia da ação proposta, utilizando e "construído" novas soluções alternativas.

Analisadas e relacionados os aspetos caracterizadores de ambos os processos, pensamos que a atitude dos responsáveis pela formação deverá refletir um verdadeiro compromisso na orientação do ensino pelos processos de construção, embora se assuma que ambos os processos são indubitavelmente inerentes às características do ser humano, e irão estar presentes, em maior ou menor proporção em todo o quadro do processo de aprendizagem.

As mudanças ocorridas no que respeita às teorias de aprendizagem, em que estas deixaram de estar fundamentadas nas teorias comportamentalistas para passarem a estar fundamentadas nas teorias construtivistas, têm, também, o seu reflexo na formação e preparação militar.

O modelo técnico ou tradicional, baseado na aquisição e repetição descontextualizada de habilidades técnicas, passou a dar lugar a outras metodologias em que a aprendizagem cognitiva e contextual assume uma grande importância.

A investigação, orientada para os novos modelos de ensino, constituiu uma nova base científica e uma perspetiva de ensino na formação militar, refletindo fortes ligações com a corrente construtivista de ensino-aprendizagem, focalizando a sua atenção no instruendo, remetendo o formador/instrutor para um protagonismo facilitador e orientador de

aprendizagens e o instruendo para um papel ativo e implicado no seu próprio processo de ensino-aprendizagem. Configura-se assim uma perspetiva pedagógica centrada no aluno/instruendo, evidenciando uma preocupação na promoção de estilos de ensino caracterizados por atividades de aprendizagem ativas e criativas, de investigação e descoberta, de resolução de problemas – o instruendo assume novos comportamentos e desenvolve um estado de dissonância cognitiva – as propostas do instrutor vão no sentido de colocar o instruendo perante situações novas em que este tem de encontrar as respostas para as situações.

Tabela 10 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Como considera que deverão ser orientadas as aulas/sessões?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Aulas orientadas para a otimização das ferramentas/técnicas fornecidas	5
Aulas orientadas para a compreensão dos contextos situacionais	7
Aulas centradas nos alunos	4

Fonte: Elaboração Própria

As respostas a esta questão, de uma forma genérica, expressam a preocupação dos instrutores/professores para metodologias de ensino que assegurem aprendizagens relevantes e significativas para os instruendos/alunos, de acordo e focadas nos conteúdos previstos, nos programas e orientações curriculares. Estas aprendizagens deverão preencher um quadro de conhecimentos declarativos, relativos à informação teórica e fatual que fundamenta a base do conhecimento sobre um tema ou assunto, de conhecimentos procedimentais, que informam os meios a utilizar e como desempenhar uma tarefa ou usar uma informação e de conhecimento contextual, que possibilita a informação e a compreensão das condições e caraterísticas do ambiente onde se vai intervir e em que condições os conhecimentos declarativo e procedimental podem ser utilizados.

Infere-se assim, que as teorias de aprendizagem a implementar, legitimem a influência reconhecida das ideias cognitivistas e construtivistas configuraram um novo paradigma de ensino e instrução, no qual o aluno/instruendo é colocado no centro do processo de ensino-aprendizagem.

Pressupõe-se, também, que sejam considerados os aspetos metodológicos que permitam estruturar adequadamente a sessão, que permitam o enfoque nos conteúdos previstos nas orientações curriculares, que considerem os aspetos didáticos que permitam

incentivar e verificar a evolução das aprendizagens dos instruendos, que considerem os aspetos relacionais adequados a um bom clima de sessão e ao envolvimento e participação dos instruendos nas atividades.

A metodologia a adotar nas aulas/sessões deverá possibilitar aos instruendos as aprendizagens assentes no desenvolvimento da compreensão e da capacidade de aplicação de conhecimentos num quadro de situações operacionais diversificadas e em que estes se apresentem não como sujeitos passivos, mas sim como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem.

Pretende-se, também, que os instruendos/alunos assumam um posicionamento de autorregulação, refletindo procedimentos metacognitivos, controlo, monitorização e estudo dos comportamentos em situações de intervenção mais ou menos complexa e mesmo em situações extremas.

Isto requere uma intervenção pedagógica que valorize os processos de aprendizagem relativamente aos processos de ensino, que valorize uma aprendizagem ativa.

Propõe-se, assim, uma metodologia que enfatize importância da compreensão da globalidade das situações surgidas, que coloquem o instruendo/aluno perante situações-problema e sob a necessidade de encontrar a solução mais eficaz, onde a tomada de decisão assume uma crucial importância e onde o desenvolvimento e aplicação das habilidades, técnicas e procedimentos ocorram dentro do seu contexto ecológico e o mais próximo de situações reais de intervenção.

Tabela 11 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Como profissional e especialista, e considerando o tema em estudo, que recomendações faria relativamente aos processos de formação e preparação das forças militares?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Objetivos claros do militar que se pretende	5
Definição de um caminho/objetivos claros quanto ao que se pretende quanto à formação CCC	6
Uniformização na definição/elaboração de programas de base a nível geral, mas que considerem nas suas matrizes especializadas os diferentes níveis de formação e as necessidades das diferentes forças militares a que se destinam.	1
Definição de uma política clara e uniforme no que respeita à formação inicial	1
Definição de uma política clara e uniforme no que respeita à formação continua	7

Definição de uma política clara e uniforme no que respeita à formação de formadores	7

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente a esta questão evidenciam algumas interrogações e sugestões por parte dos entrevistados, pressupondo uma reflexão atenta sobre o exercício das suas funções no âmbito profissional, e que de alguma forma, tendo em conta a realidade presente.

Assim, pode-se concluir, como síntese de todas as respostas dos entrevistados, que todas as respostas informadas sobre os processos de formação e preparação das forças militares, tem como base os níveis de reflexão e tomadas de decisão sobre e a partir da prática.

A globalização que caracteriza os tempos em que vivemos, os novos alinhamentos geoestratégicos implicam novas situações sociais, novos conflitos e novas abordagens para consecução da paz. Daí ser mais necessário ter FFAA altamente qualificadas, capazes de enfrentar novas ameaças e desafios contra a segurança, a fim de manter o estado de bem-estar e paz, fundamentais à evolução da sociedade.

Esta qualificação terá que ser adquirida através de um cuidado plano de formação, permanente refletido, questionado e aperfeiçoando com base nas experiências vivenciadas e nas novas demandas da sociedade.

Assim, e para que a formação e educação militar se constitua como um referencial fundamental para a capacidade de intervenção dos nossos profissionais na realização das complexas missões que lhe são atribuídas, é fundamental que uma série de fatores sejam considerados.

Fatores que se prendem com a qualidade da formação, assentes em planos de estudos racionais, ambiciosos, flexíveis e ajustados ás necessidades presentes e futuras da sociedade atual, que considerem docentes e formadores altamente qualificados e motivados, centros de formação adequados, assumindo perspetivas construtivistas de formação e ensino, acesso á utilização de equipamentos tecnologicamente avançados e, na sua dimensão de instituição com responsabilidades de formação de militares, no seu projeto institucional, reitere as grandes linhas de formação social e humana.

Assim, e procurando responder à questão sobre que tipo de militar se pretende na atualidade, pode-se especular, considerando os pressupostos acima referidos que se pretendem formar militares operacionalmente disponíveis, eficazes e dotados das

capacidades necessárias para responderem a todas as situações de risco ou ameaças, de se identificarem como um nível elevado de qualificação, de partilharem equipamento e armamento tecnologicamente avançado e apresentando um nível de treino elevado.

Militares que apresentem um nível de versatilidade elevado, que lhes permita atuar em qualquer cenário de operações e capacitados para desenvolverem intervenções conjuntas e integradas e que apresentem um nível elevado de eficiência e resiliência, que os capacite para um rendimento operacional elevado e que os habilite para responderem a alterações súbitas do cenário de operações, adaptando-se e ultrapassando situações desfavoráveis e extremas.

Tabela 12 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão sobre "Que critérios considera necessários e fundamentais no processo de avaliação dos alunos/instruendos?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Avaliação como forma de verificar os resultados da formação	5
Avaliação da eficácia da aplicação das aprendizagens	5
Avaliação mais orientada para os aspetos formativos e menos sumativos	3
Avaliação mais acordante com uma perspetiva construtivista de ensino	1
Avaliação realizada em contextos os mais próximos de situações reais	4

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela das respostas a esta questão sobre a pergunta da avaliação ressalta uma opinião unânime dos entrevistados de que o processo avaliativo deve ser orientado para a promoção e implementação das aprendizagens, possibilitando aos formadores as informações necessárias para que decidam o que fazer, manter ou alterar, de forma a alcançar os objetivos propostos.

Conforma-se, assim, uma perspetiva de avaliação que deverá significar um conceito dinâmico e contínuo (formativo) de informação sobre as transformações e mudanças de comportamento e de progresso dos instruendos, procurando monitorizar a adequação dos objetivos que se propõem para uma intenção formativa, controlando os processos para a sua execução, a justeza dos programas, a apreciação final dos resultados, bem como a valoração final da eficiência global do contexto e do sistema em que se encontra integrada.

Assim, deverá considerar determinados pressupostos como a sua legitimada e utilidade, razões que devem possibilitar que os formadores/instruendos reconheçam e identifiquem os aspetos positivos e negativos e os possa ajudar a ultrapassar estes últimos e

a sua exequibilidade, utilizando procedimentos que possam ser implementados na prática sem dificuldade.

Deverá ser considerada a possibilidade de serem implementados e utilizados critérios e instrumentos de avaliação de situações próximas de cenários reais de atuação, que possibilitem observar e codificar as componentes dos comportamentos individuais e coletivos, das performances conseguidas, do nível de compreensão técnica/tática do instruendo, tomada de decisão, movimentação de forma apropriada e de execução das técnicas e manobras que estão associados à resolução dos problemas surgidas em situações operacionais de combate.

Deverá a avaliação considerar, também, a preocupação com a consistência cientifica que deverão apresentar certos instrumentos, provas e testes físicos utilizados no âmbito da avaliação em contexto de formação/instrução militar, devendo apresentar critérios de validade e rigor científico, devendo estar ajustados às finalidades pretendidas por muitas das dimensões das atividades propostas, tendo em conta a sua praxeologia motora e efeitos educativos/formativos, a sua lógica interna e a carga cognitiva exigida aos instruendos.

Tabela 13 - Distribuição das respostas dos entrevistados à questão "Considerando o âmbito da investigação e tendo em conta a realidade da formação e preparação militar adotada no Exército Português, que considerações se lhe oferece destacar, face a uma eventual participação conjunta e integrada dos nossos militares com forças de outros países no âmbito da intervenção da NATO?"

Resposta por nº de entrevistados	Nº
Importante conhecer outras realidades	7
Importante conhecer, aferir e uniformizar processos entre as várias forças militares nacionais e internacionais	5
Comparar e avaliar métodos e processos	5
Realizar ações conjuntas	7
Uniformizar processos, tendo em conta a melhoria operacional	5
Integrar os processos implicados pela doutrina NATO	5

Fonte: Elaboração Própria

As repostas obtidas relativamente a esta pergunta, expressam o sentimento geral dos entrevistados quanto à necessidade e importância de conhecer, aferir e uniformizar processos entre os várias forças nacionais e internacionais, tendo em conta comparar e avaliar métodos

e processos, uniformizar métodos e procedimentos, integrar os processos implicados pela doutrina NATO, tendo em conta a melhoria operacional.

Portugal, no quadro das suas responsabilidades internacionais, assume um conjunto de preocupações e de compromissos com a paz e com segurança internacional, que se projetam a nível europeu e mundial e implicando, por isso, a sua integração como membro efetivo, em várias organizações vocacionadas para a segurança, defesa e causas que impliquem a defesa

Pressupõe-se à partida e quando da participação de forças nacionais em operações conjuntas com forças estrangeiras no âmbito da NATO, a aceitação e integração nos princípios definidos por esta organização.

A implementação de todos estes princípios implica uma cumplicidade em todos os comportamentos operacionais, considerando implicações instrumentais a nível da participação individual ou de grupo. Daí, e considerando uma adequada organização curricular dos planos de formação e preparação das nossas forças militares, a previsão desses mesmos planos incorporarem essa possibilidade de atuação conjunta, possibilitando e integrando na preparação militar individual, em todas a suas valências, numa preocupação do desejável entrosamento operacional.

Deverá considerar-se a partilha de conhecimentos, a participação nas decisões impulsionadoras da evolução da organização, o treino conjunto de exercícios e OM, o acesso a conhecimentos táticos, o acesso a informação estratégica, a uniformização de procedimentos, o usufruírem de tecnologia de ponta, a moderno equipamento e armamento e, de uma forma muito inequívoca, a modelos de preparação e formação individual militar.

Neste capítulo, perfila-se uma necessidade clara de partilha de processo e conhecimentos articulados entre os seus membros, de adoção de eventuais procedimentos comuns que considerem todas as valências e modalidades de combate com e sem arma e na qual se enquadra o CCC, que constitui o objeto do nosso estudo.

Entende-se, assim, nesta área especifica da formação e neste quadro de doutrina conjunta, a implementação de sinergias entre responsáveis e formadores, que considerem uma discussão entre os vários países, de modelos, técnicas padrões formação, que considerem objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e prática simulada.

Finalizando esta reflexão pode-se inferir que tanto a doutrina portuguesa como a doutrina da NATO, como a doutrina de referência do Exército Americano, ressaltam a importância do treino sistemático e exigente do CCC, pela sua eventual emergência nas

atuais e futuras operações e também o mais exigente, considerando as variáveis que caracterizam os contextos em que deverá ser utilizado.

Deverá considerar-se, também, a capacidade da implementação de situações e capacidade de treino relevantes e o mais próximo possível de condições reais e de situações vividas pois que o treino sistemático e disciplinado do CCC constitui um ponto muito importante para a preparação das atuais FFAA.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Propôs-se como OG desta investigação apurar se as técnicas e procedimentos de CCC utilizados no EP estão de acordo com as necessidades das ameaças do AU.

Tendo em conta a matriz metodológica optada, apresenta-se de uma forma sintética, as conclusões deste estudo em função das dimensões consideradas.

Objetivos Curriculares

- Os resultados desta investigação legitimam a importância do ensino do CCC como uma competência de suporte para qualquer tipo de combate ou cenário de guerra;
- Sugerem o ensino e treino de modelos híbridos de CCC, que agreguem técnicas de diversas disciplinas e artes marciais consideradas as mais adequadas e eficazes no CCC;
- Concluem que as competências adquiridas no âmbito do CCC podem influenciar positivamente a operacionalidade, a tomada de decisão e liderança dos militares em combate;
- Reconhecem ser insuficiente a formação de CCC ministrada no EP.

Organização curricular

- O reconhecimento inequívoco de que todos os militares deverão possuir competências que lhes permitam dar as respostas adequadas em situações de combate armado ou desarmado em AU;
- O reconhecimento da necessidade de os militares terem competências muito elevadas quanto à utilização do CCC;
- A consideração e importâncias de todas as competências de CCC de igual modo.

Metodologia de ensino

- A implementação de metodologias que procurem a contextualização das aprendizagens o mais próximo possível de situações reais;
- A importância de metodologias que favoreçam a cumplicidade cognitiva dos alunos/instruendos nas próprias aprendizagens;

- A importância de metodologias de ensino que assegurem aprendizagens relevantes e significativas para os alunos/instruendos;
- A importância de metodologias que permitam incentivar e verificar a evolução das aprendizagens dos instruendos;
- A importância de perspetivas pedagógicas centrada nos alunos/instruendos, caracterizadas por atividades de aprendizagem ativas e criativas, de investigação e descoberta, de resolução de problemas;
- A importância de programas e planos de estudo, que considerem a coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos e metodologias das unidades curriculares, tendo em conta formar e preparar militares operacionalmente disponíveis, eficazes e dotados das capacidades necessárias para responderem a todas as situações

Avaliação

- Importância de processos avaliativos orientados para a verificação e valorização das aprendizagens;
- Importância da avaliação como um conceito dinâmico e contínuo (formativo) de informação sobre as transformações e mudanças de comportamento e de progresso dos alunos/instruendos;
- Importância de um processo avaliativo que monitorize a adequação dos objetivos que se propõem para uma intenção formativa, controlando os processos.

Doutrina NATO

- A necessidade da harmonização da doutrina incorporada pelo EP com a política consensualizada e adotada pela NATO, quando da participação de tropas nacionais em operações conjuntas com tropas estrangeiras no âmbito desta organização;
- A relevância da partilha de conhecimentos e modelos de preparação e formação militar;
- A participação nas decisões impulsionadoras da evolução da organização;
- A necessidade e importância de treino conjunto de exercícios e OM;
- O acesso partilhado a conhecimentos táticos, informação estratégica e tecnologia de ponta;
- A importância de calendários de treinos sistemáticos e conjuntos.

Reflexão e Conclusão final

Para obtermos as respostas ao objetivo deste trabalho de investigação foi formulada a seguinte Pergunta de Partida**:**

"De que modo as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades face às ameaças do ambiente urbano?"

Relacionada à PP, surge a necessidade de formular algumas Perguntas Derivadas (PD) a responder adequadamente durante o estudo e com as quais se pretende contribuir para um melhor esclarecimento e compreensão da PP**:**

• **PD_1** – Quais as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo que se mostram relevantes na impossibilidade do uso de armas de fogo?

• **PD_2** – Qual é o treino existente de Combate Corpo a Corpo no Exército Português face ao ambiente urbano?

• **PD_3** –A doutrina de outros países da NATO, pode ser aplicada nos procedimentos de Combate Corpo a Corpo no Exército Português?

Finalizado esta investigação, procurámos concluir sobre as questões colocadas como premissas neste nosso trabalho, primeiramente às perguntas derivadas e respondendo por fim à PP.

Relativamente à **PD_1**, pode-se concluir sobre a importância da utilização de modelos híbridos que incorporem técnicas de diversas disciplinas e artes marciais consideradas as mais adequadas e eficazes no CCC e que integrem uma elevada agressividade, simplicidade e eficácia.

Em relação à **PD_2**, os resultados obtidos, apesar da constatação de uma certa coerência entre os conteúdos programáticos, os objetivos e as metodologias das unidades de ensino, sugerem a necessidade de serem ultrapassadas algumas lacunas e insuficiências, sobretudo no que se refere ao pouco tempo dedicado à componente do ensino do CCC, a necessidade de existirem objetivos claros e intencionalidades do CCC, na atual formação militar, a implementação de planos de formação diferenciados para os diferentes forças militares existentes e a necessidade de existirem programas comuns para a formação de base.

Por fim, à **PD_3**, pode-se concluir que existe unanimidade quanto à importância da harmonização da doutrina incorporada pelo EP com a política consensualizada e adotada pela NATO, em todos ao aspetos e circunstâncias, quando da participação de forças nacionais em operações no âmbito desta organização.

Considerada a apreciação feita às PD e procurando responder à PP, como primeira conclusão, globalizando todo estudo, evidencia-se a importância e a pertinência do ensino do CCC na formação e preparação militar como uma competência de suporte para qualquer tipo de combate ou cenário de guerra.

Os especialistas entrevistados neste estudo, na generalidade, fazem uma valorização positiva da formação militar de CCC conferida no EP. Não obstante, sugerem a necessidade de atualização e adequação dos programas de formação de CCC, nas suas vertentes de formação básica, da sua adaptação ao desempenho exigido por forças especiais, onde se obriga a um nível de proficiência adequado às possíveis necessidades e cenários de intervenção e da sua previsibilidade para o desempenho de ações conjuntas e integradas com outras forças nacionais ou estrangeiras.

Consideram, no entanto, insuficiente o tempo dedicado à formação e treino da componente de formação ao nível do CCC.

Limitações

No decorrer da investigação foram encontradas algumas dificuldades, a falta de atualização dos modelos doutrinários de CCC no Exército assim como a escassez de artigos, documentos e especialistas nesta área, limitam o processo de análise e interpretação de dados. Também a impossibilidade em realizar certas entrevistas presencialmente limitou a interação ou troca de ideias com os entrevistados e, consequentemente, o conhecimento partilhado.

Recomendações

Relativamente a recomendações ou propostas para investigações futuras, propomos as seguintes possibilidades:

1. Rever ou elaborar novos manuais de CCC para o Exército.
2. Criação de um modelo estruturado e contínuo para o ensino de CCC no Exército.
3. Realizar uma escolha estudada e testada para a introdução de novas técnicas na perspetiva do combate a curtas distâncias.
4. Realizar treino conjunto com outras forças NATO, para a realização de cursos e/ou seminários específicos, tendo como objetivo a troca de conhecimentos e experiências, para colmatar as lacunas dos atuais modelos de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almada, F. (1984). *Os Desportos de Combate*. Ludens

Army, H. D. (2002). *Combatives FM 3-25.150*. US Army

Army, H. D. (2006). *Urban Operations FM 3-06*. US Army

Bardin, L. (1977). *Análise do Conteúdo*. Edições 70

Clausewitz, K. V. (1984). *De la Guerra*. Labor

Comité Internacional da Cruz Vermelha. (2017). *Vi a minha cidade morrer.* Comité Internacional da Cruz Vermelha

Exército Brasileiro. (2004). *O Instrutor de Corpo de Tropa.* Exército Brasileiro S.A. (1917).

Exército Brasileiro. (2017). *Caderno de Instrução Combate Corpo a Corpo* (1ª Edição). Exército Brasileiro

Exército Português. (2011). *Manual de Combate em Áreas Edificadas, PDE 3-07-14*. Exército Português

Exército Português. (2012). *Operações, PDE 3-00.* Exército Português

Exército Português. (2013). *Manual de Combate Corpo a Corpo Nível 1*. Exército Português

Figueiredo, A. (2006). *A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO KARATÉ: Os Modelos Organizacionais do Karaté em Portugal* [Doctoral Dissertation, Faculdade de Motricidade Humana]. Repositório Institucional da Universidade Técnica de Lisboa.

Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia científica - Fundamentos, métodos e técnicas*. Instituto Piaget

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O Inquérito: teoria e prática* (3ª Edição). Celta Editora

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª Edição). Editora Atlas

Gómez, G., Flores, J. & Jiménez. E. (1999). *Metodologia de la Investigación Cualitativa.* (2ª Edición). Ediciones Aljibe

Guarda Nacional Republicana, (2013). *Manual de Defesa Pessoal.* Guarda Nacional Republicana

Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. IESM

Johnson, N. J. (2014). *Boyd's Real OODA Loop and Fencing.*

Krippendorf, K (2004) *Content Analysis, An Introduction to Its Methodology* (2nd Edition). Sage

Lapan, S., Quartaroli, M., & Riemer, F. (2011). *Qualitative Research: An Introduction to Methods and Designs*. Jossey Bass

Liddell Hart, B.H. (2005). *As grandes guerras da história* (6ª Edição). IBRASA

Lima, J. A. & Pacheco, J. A. (2006). *Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto Editora

Malterud, K., Siersma, V. D., Guassora, A. D. (2016). Sample Size in Qualitative Interview Studies: Guided by Information Power. *Qual Health Res, 26*(13), 1753-1760

Marconi, M. D., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica* (5ª Edição). Atlas

Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2002). *Regulamento de Educação Física do Exército.* MDN

Miranda, P. (2020). A Importância do combate corpo a corpo na capacidade de combate do Soldado de Infantaria. *Infantaria,* 113-114

Moskos, C., Williams, J. A., Segal, D. (2000). *O militar pós-moderno. Forças Armadas após a Guerra Fria.* Oxford University Press

Mucchielli. (1982). *La Methode des Cas*. E.S.F

Municio, P. M. (1996). El Sistema del Aprendizaje. *Aprendices y maestros. La nueva cultura del aprendizaje*. 1-19

NATO. (2017*). Urban Tactics ATP_99.* NATO

Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2ª Edição). Editora Feevale

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (7ª Edição). Gradiva

Rodrigues, J., C. (1961). *Combate Corpo a Corpo.* Academia Militar

Rodrigues, M. (2002). *Sociologia das Profissões*. Celta Editor

Rosado, D. P. (2017). *Elementos Essenciais de Sociologia Geral*. Gradiva

Santos et al. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* [Master Thesis]. Repositório do Instituto Universitário Militar. https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/20190821_CAD-08_Miolo_WEB-1.pdf

Shillingford, R. (2008). *The Elite Forces Handbook of Unarmed Combat.* Thomas Dunne Books

Thompson, G. (2000). *The art of fighting without fighting*. Summersdale Publishers

Tzu, S. (2006). *A Arte da Guerra*. L&PM Editores

United States Marine Corps. (1999). *Close Combat.* U.S. Marine Corps

United States Marine Corps. (2011). *Marine Corps Martial Arts Program {MCMAP),* United States Army

APÊNDICES

APÊNDICE A – INTRODUÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada

"Emprego de forças em Ambiente Urbano: Abordagem ao sistema de Combate Corpo a Corpo"

GUIÃO DE ENTREVISTA

A entrevista é um instrumento de recolha de dados com o objetivo de enriquecer o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) através do conhecimento teórico e prático dos elementos entrevistados. A realização desta entrevista é de grande importância para a credibilidade do trabalho, pois acrescenta informação relevante que leva a investigação ao encontro dos seus objetivos.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Fábio Monteiro

Aspirante de Infantaria

Lisboa, abril de 2022

Informação ao Entrevistado

A presente entrevista semiestruturada insere-se na fase de recolha de dados do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema "Emprego de forças em Ambiente Urbano: Abordagem ao sistema de Combate Corpo a Corpo".

O objetivo geral desta investigação é apurar se as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades das ameaças do ambiente urbano.

Para tal, os objetivos específicos da mesma são:

• Descrever as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo relevantes na impossibilidade do uso de armas de fogo;

• Identificar que tipo de treino existe no Exército Português tendo em vista a aplicação do Combate Corpo a Corpo face às ameaças em ambiente urbano;

• Analisar a doutrina de outros países da NATO e se esta pode ser aplicada nos procedimentos de Combate Corpo a Corpo no Exército Português.

A entrevista é de caráter voluntário e será gravada em áudio com o devido consentimento do entrevistado, podendo responder ou não às perguntas apresentadas.

APÊNDICE B – CORPO DE QUESTÕES DA ENTREVISTA

Questão n.º 1:

- Qual é a arte marcial ou disciplina de combate corpo a corpo que pratica ou praticou?

Questão n.º 2:

- Valoriza outras disciplinas? O que o levou a optar por esta em particular?

Questão n.º 3:

- Que a importância que atribui ao Combate Corpo a Corpo na formação dos militares para os atuais teatros operacionais em áreas urbanas?

Questão n.º 4:

- O ensino de competências para o Combate Corpo a Corpo favorecem a operacionalidade militar, a capacidade de decisão e os atributos de liderança?

Questão n.º 5:

- Considera que a formação existente de Combate Corpo a Corpo no Exército Português é suficiente face ás ameaças atuais do ambiente urbano?

Questão n.º 6:

- Que competências/elementos técnicos considera de maior utilidade no teatro de operações em áreas urbanas?

Questão n.º 7:

- Que competência/elementos técnicos pensa de importante levar em conta no ensino/formação militar e quais considera prioritários?

Questão n.º 8:

- Que metodologia (s) preconiza para o ensino de luta corpo a corpo e quais os aspetos que considera mais importantes?

Questão n.º 9:

- Como considera que deverão ser orientadas as aulas/sessões?

Questão n.º 10:

- Como profissional e especialista, e considerando o tema em estudo, que recomendações faria relativamente aos processos de formação e preparação das forças militares?

Questão n.º 11:

- Que critérios considera necessários e fundamentais no processo de avaliação dos alunos/instruendos?

Questão n.º 12:

- Como profissional especialista, tendo em conta a realidade da formação e preparação militar adotada na formação dos quadros militares no Exército Português, que considerações se lhe oferece destacar, face a uma eventual participação conjunta e integrada dos nossos militares com forças de outros países no âmbito da intervenção da NATO?

APÊNDICE C– CARTA DE APRESENTAÇÃO

ACADEMIA MILITAR

Emprego de forças em Ambiente Urbano:
Abordagem ao sistema de Combate Corpo a Corpo

Autor: Aspirante de Infantaria Fábio Costa Monteiro

Orientador: Coronel de Infantaria Paulo Alexandre Moreira Machado
Coorientador: Major de Infantaria Cmd Hugo Ricardo Almeida Bernardino Marques

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, abril de 2022

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) tem como principal objetivo a aquisição do grau académico de mestre no curso de Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, ministrado por parte da Academia Militar. O tema deste RCFTIA é: "Emprego de forças em Ambiente Urbano: Abordagem ao sistema de Combate Corpo a Corpo".

O objetivo geral desta investigação é apurar se as técnicas e procedimentos de Combate Corpo a Corpo utilizados no Exército Português estão de acordo com as necessidades das ameaças do ambiente urbano.

Desta forma, torna-se necessário a procura de respostas por parte de militares que se encontrem a desempenhar, ou que tenham desempenhado funções no âmbito do Combate Corpo a Corpo para melhor compreensão do tema e possível fusão com os dados documentais

Face ao referido anteriormente, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista, uma vez que, os seus contributos revelar-se-ão cruciais na elaboração da investigação em curso.

Grato pela sua disponibilidade
Cordialmente,

Fábio Monteiro
Aspirante de Infantaria

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Tomei conhecimento que o Aspirante de Infantaria Fábio Costa Monteiro se encontra neste momento a realizar o Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema "Emprego de forças em Ambiente Urbano: Abordagem ao sistema de Combate Corpo a Corpo", com a orientação do Coronel de Infantaria Paulo Machado e a coorientação do Major de Infantaria Hugo Marques.

Foi-me apresentado previamente o guião da entrevista, sendo que aceito responder às questões apresentadas voluntariamente, sabendo que o objetivo da mesma é a obtenção de informação de acordo com os objetivos apresentados. Aceito que a entrevista seja gravada em áudio por parte do Aspirante Fábio Monteiro.

Assinatura: _____

Data: ____/____/_____

APÊNDICE E – QUADRO DE CATEGORIZAÇÃO DE PERGUNDAS DAS ENTREVISTAS

Tabela 14 - Quadro de categorização de perguntas das entrevistas

Dimensão	Categoria	Objetivo específico	Questões
Objetivos Curriculares	Adequação dos objetivos curriculares às necessidades e demandas dos contextos.	- Pertinência dos objetivos na formação/preparação de forças militares; - Hierarquização dos objetivos.	1 - Qual é a arte marcial ou disciplina de combate corpo a corpo que pratica? 2 - Valoriza outras disciplinas? O que o levou a optar por esta em particular? 3 - Que importância atribui ao Combate Corpo a Corpo na formação dos militares para os atuais teatros operacionais em áreas urbanas? 4 - O ensino das competências para o Combate Corpo a Corpo favorecem a operacionalidade militar, a capacidade de decisão e os atributos de liderança? 5 - Considera que a formação existente de Combate Corpo a Corpo no Exército Português é suficiente face ás ameaças atuais do ambiente urbano?
Organização curricular	Organização e seleção dos conteúdos	- Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos; - Adequação da quantidade e distribuição das práticas e dos conteúdos,	6 - Que competências/elementos técnicos considera de maior utilidade no teatro de operações em áreas urbanas? 7 - Que competência/elementos técnicos pensa de importante levar em conta no ensino/formação militar e quais considera prioritários?
Metodologias de ensino	Opção/seleção de estratégias, métodos e modelos de ensino	-Coerência das metodologias com os objetivos; -Hierarquização dos fatores favoráveis ás aprendizagens; -Seleção/organização dos meios a utilizar; -Monitorizar o processo de ensino/aprendizagem; -Monitorizar a interação professor/aluno.	8 - Que metodologia (s) preconiza para o ensino das artes marciais (luta corpo a corpo) e quis os aspetos que s considera mais importantes? 9 - Como considera que deverão ser orientadas as aulas/sessões? 10 - Como profissional e especialista, e considerando o tema em estudo, que recomendações faria relativamente aos processos de formação e preparação das forças militares?

Avaliação	Avaliação contínua e final	-Avaliação contínua (formativa) do progresso das aprendizagens; -Avaliação contínua dos objetivos de execução, dos métodos e dos programas de formação; -Avaliação final dos resultados dos alunos/instruendos e da eficiência global do sistema	11 - Que critérios considera necessários e fundamentais no processo de avaliação dos alunos/instruendos?
A doutrina NATO	Analisar a doutrina NATO e se esta pode ser aplicada nos procedimentos de Combate Corpo a Corpo no Exército Português.	-Verificar se os processos de formação e preparação militar adotados pelo Exército Português, na generalidade e em aspetos operacionais específicos (objeto de estudo) se enquadram no racional de um corpo de conhecimento e pensamento que favoreçam a realização de operações conjuntas no quadro da NATO.	12 - Como profissional especialista, tendo em conta a realidade da formação e preparação militar adotada na formação dos quadros militares no Exército Português, que considerações se lhe oferece destacar, face a uma eventual participação conjunta e integrada dos nossos militares com forças de outros países no âmbito da intervenção da NATO?

Fonte: Elaboração Própria

ANEXOS

ANEXO A – TIPOS DE EDIFÍCIOS

Tabela 15 – Tipos de Edifícios

Construção	Exemplo	Caraterísticas	Recomendações
Casas de Madeira	Barracões	Paredes fracas, grande risco de fogo.	Evitar
Alvenaria	Edifícios antigos, bancos, castelos	Paredes sólidas, possibilidade de fogo, movimento fácil dentro do edifício.	Boa escolha se não isolado
Tijolo e Betão	Residências	Paredes resistentes e pisos de betão. Pequeno risco de fogo. Necessário reforçar paredes com sacos de terra para melhorar a proteção.	Boa escolha
Tijolo de má qualidade	Pequenas lojas	Facilmente destruídos por fogos diretos. Risco médio de fogo. Possibilidades de existir cave.	Evitar
Grandes centros comerciais	Centros comerciais	Estruturas de betão e aço com pisos resistentes, mas de paredes muito fracas. Normalmente têm caves. Fácil movimento dentro do edifício. Pequeno risco de fogo.	Possível escolha .
Blocos	Escritórios, apartamentos	Grandes janelas, construção em betão e aço, pisos de betão, paredes fracas. Baixo risco de fogo. Movimento difícil. Pequenas janelas, paredes resistentes, risco de fogo. difícil movimento entre pisos.	Possível escolha
Edifícios industriais de um piso	Armazéns, fábricas	Estrutura de betão ou de aço com paredes de tijolo. Pouca proteção frontal, mas o chão é normalmente forte.	De pouco valor. Fornece cobertura das vistas

Fonte: PDE 3-07-14 do Exército Português (2011)